

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
CENTRO DE ESTUDOS EM SAÚDE DO TRABALHADOR E ECOLOGIA
HUMANA**

LEONARDO BISCAIA DE LACERDA

**ANÁLISE DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE DE TRABALHADORES
DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO RIO DE JANEIRO**

RIO DE JANEIRO

2006

LEONARDO BISCAIA DE LACERDA

**ANÁLISE DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE DE TRABALHADORES
DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Carlos Minayo Gomez.

RIO DE JANEIRO

2006

Their personal experience of the miseries of life is a constant stimulus to the nobler sympathies. In no class is there so strong an incentive to social feeling, at least to the feeling of Solidarity between contemporaries; for all support which is not at all incompatible with strong individuality of character (COMTE, 1957).

Agradecimentos

Ao fim dessa árdua tarefa, preciso agradecer àqueles cujo auxílio contribuíram no desenvolvimento da pesquisa, sem, no entanto, pretender citar os nomes em alguma ordem de importância – pois certamente cometeria injustiças.

Ao meu orientador Prof. Carlos Minayo Gomez, que encarou o desafio de me aceitar como orientando.

A meu irmão Gustavo, amigo de absolutamente todas as horas e grande incentivador, desde o mais tenro início; e ao amigo Alex, sem cujo apoio o início em Curitiba teria sido um pouco mais atribulado.

A Sandra e Laura, muito pacientes e amorosas;

Aos colegas de mestrado, nominalmente Patrícia e Rafael;

Aos colegas Lima, Vilela e Conceição, cujo apoio profissional permitiu a tranquilidade para trabalhar na dissertação;

Ao professor e amigo William Waissmann, pelo apoio permanente e sempre disposto;

Ao Dr Sérgio R. Espósito, amigo muito importante na escolha do tema;

À todos os funcionários da Fundação Leão XIII, especialmente ao Prof. Roberto, por receberem-me e me auxiliarem a fazer o trabalho de campo progredir;

Aos funcionários da construção civil que aceitaram gentilmente participar da minha pesquisa, tendo tão pouco a receber em troca de um auxílio tão valioso para mim; e

A minha mãe, Josefina, por razões em número maior do que permite esta página.

ÍNDICE

ANÁLISE DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE DE TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO RIO DE JANEIRO	1
ANÁLISE DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE DE TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO RIO DE JANEIRO	2
ÍNDICE	5
LISTA DE ABREVIATURAS	8
APRESENTAÇÃO	9
1. CARACTERIZANDO A CONSTRUÇÃO CIVIL	11
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLOGICA	21
VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL	21
PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	26
3. DA VULNERABILIDADE À EXCLUSÃO SOCIAL DE TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO	33
PRECARIIDADE DOS VÍNCULOS LABORAIS	40
GIRANDO COMO UM PIÃO	48
NÃO HÁ VAGAS	49
MARTELADA NO DEDO NÃO É ACIDENTE	50
VIVENDO NO LIMITE	58
LAÇOS FAMILIARES	60
A PARALISIA DIANTE DA PERDA DA IDENTIDADE	64
CAÍDOS NAS RUAS	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
ANEXO I – ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS	79
ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	81

RESUMO

O setor de edificações da construção civil vem se caracterizando pelo trabalho precarizado, por vínculos trabalhistas frágeis, subcontratação da mão-de-obra, más condições de trabalho e elevado índice de acidentes, inclusive fatais. Nas últimas décadas essa situação acentuou-se diante de modificações no cenário econômico e social do Brasil. Nesse contexto, os operários da construção civil aparecem como pessoas marcadas pela vulnerabilidade social em suas várias dimensões e em diferentes graus, ou seja, desde trabalho estável e família estruturada até o desemprego recorrente e a moradia nas ruas ou em instituições asilares. Neste estudo entrevistou-se trabalhadores da construção civil em diferentes circunstâncias. Temas como vínculos empregatícios, trabalho informal, acidentes de trabalho, condições de trabalho, desemprego recorrente e alta rotatividade foram abordados a partir de um questionário semi-estruturado. Para os trabalhadores em situação de exclusão social atentou-se também para os motivos que os levaram a morar nas ruas, relacionamentos familiares, desemprego, tempo de permanência nas ruas e meios de sobrevivência nas ruas. A partir de uma abordagem dialética-hermenêutica, os elementos comuns aos trabalhadores foram discutidos, evidenciando-se as contradições que os expõe a vulnerabilidade, da mesma forma como o que havia de único em cada trajetória particular era destacado para compreender como se processa a vulnerabilidade e a exclusão social na construção civil. Entre os achados mais contundentes, estão a desconsideração das empresas em relação a direitos trabalhistas, a promoção da subcontratação e da informalidade, a prática da contratação de operários por meio de cooperativas como forma de diminuir custos, o desrespeito a normas de segurança e o desemprego de longa duração e recorrente associado à alta rotatividade dos empregos. Os trabalhadores moradores das ruas têm suas vidas desestruturadas em função da situação empregatícia. Questões como abandono pelos familiares, uso de drogas lícitas e ilícitas, mendicância e associação com o crime também são relacionadas aos operários conduzidos à vulnerabilidade social extrema.

Palavras-chave: saúde do trabalhador; vulnerabilidade social; exclusão social; construção civil

ABSTRACT

Civil construction industry is historically characterized by fragilled work, e.g., irregular job contracts, unsafe work environment, increased number of work accidents (including fatals), and “sub employment” of labor. This situation has worsened the last decades following changes in Brazilian economic and social scenario. In this context, civil construction workers show up as featured person by social vulnerability in its many ways and levels, e.g., since stable labor and structured family to habitual unemployment and streets or asylum living. In this research, civil construction workers in different circumstances were interviewed; themes such as job contracts, informal work, work accidents, work environment, and habitual unemployment were discussed using a semi-structured questionnaire. For those persons living at social exclusion, the questions focused other aspects as well: reasons implicated in street living, family relationships, unemployment, time spent living in streets, and means used to survive in streets. Using the dialectic-hermeneutic approach, the common elements to the workers were discussed, making contradictions evident. Besides, what there were of unique in each individual path were enlightened to allow the understanding of how social vulnerability and exclusion acts at civil construction industry. Among the most interesting findings are the absence of care of the enterprises about labor rights, the promotion of informality, the practice of hiring employees by cooperatives looking for only to the decrease of costs, the disrespect to security norms, and the long-lived unemployment along short-lived jobs. Homeless workers have their lives unbalanced due to the job situation. Problems such as familiar rejection, licit and illicit drugs addiction, begging, and association to the crime are related to the workers whose fates are marked by extreme social vulnerability.

Key-words: civil construction; worker’s health; vulnerability; social exclusion

LISTA DE ABREVIATURAS

CAB – Centro de Acolhimento de Benfica, da Fundação Leão XIII

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CBO – Classificação Brasileira das Ocupações

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

EPI – Equipamentos de Proteção Individual

EPSJV – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FLT – Fundação Leão XIII

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

SECONCI-PR – Serviço Social da Indústria da Construção Civil no Paraná

SECONCI-RJ – Serviço Social da Indústria da Construção Civil no Rio de Janeiro

APRESENTAÇÃO

A construção civil é conhecida por sua capacidade de absorver grandes contingentes de trabalhadores, inclusive os de baixa qualificação. No entanto, a construção também é caracterizada por apresentar relações trabalhistas precarizadas. Muitos trabalhadores experimentam, ao longo de suas vidas, processos de progressiva vulnerabilidade, freqüentemente devido a condições relacionadas ao trabalho, e vão morar nas ruas. Assim sendo, esta pesquisa foi realizada com o intuito de evidenciar várias dimensões da vulnerabilidade e da exclusão social entre operários da construção civil do Rio de Janeiro, superando as meras descrições estatísticas que quantificam os fenômenos e ignoram a realidade humana desses trabalhadores.

Por meio de entrevistas semi-estruturadas e usando a metodologia dialética-hermenêutica, busquei compreender como se dá a vulnerabilidade entre os trabalhadores da construção civil e caracterizar de que diferentes modos a vulnerabilidade se manifesta nos operários. As entrevistas foram feitas com dois grupos de trabalhadores; um era composto por indivíduos cujos empregos eram estáveis e com vínculos familiares fortes. O outro grupo foi composto por trabalhadores sem empregos, com laços familiares rompidos e assistidos por entidades de assistência social.

O texto foi organizado em três capítulos. No primeiro é feita a caracterização do setor da construção civil, discutidos alguns aspectos do processo produtivo do setor e apresentado o perfil do operário de edificações. Aspectos marcantes do setor de edificações, como o elevado índice de acidentes de trabalho, também são evidenciados.

No segundo capítulo, expus os pressupostos teóricos que embasaram a pesquisa. As várias dimensões da vulnerabilidade social e da exclusão social são apresentadas bem como as zonas de filiação/desfiliação e as fases do processo de desqualificação social. Discuti a metodologia dialética-hermenêutica, empregada na

interpretação dos dados. Em seguida à exposição do marco teórico da pesquisa, descrevi as etapas de sua realização, composta basicamente pela revisão bibliográfica sobre o tema da dissertação, as entrevistas com os operários, a transcrição das gravações das entrevistas, as leituras vertical e transversal das transcrições dos depoimentos e pela análise das entrevistas.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados da análise e interpretação dos depoimentos, relacionando-os com a discussão feita nos dois primeiros capítulos.

1. CARACTERIZANDO A CONSTRUÇÃO CIVIL

A construção civil é um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira e, ao mesmo tempo, um dos que apresenta maiores desafios para a saúde pública, especificamente para a saúde do trabalhador. Esses trabalhadores do setor apresentam perfil socioeconômico próprio, em que se percebe a forte presença de migrantes, baixas escolaridade e remuneração e intensa precarização no setor. É um setor tradicionalmente reconhecido pelo elevado número de acidentes de trabalho.

A construção representa uma opção de trabalho para pessoas sem qualificação profissional, permitindo, desse modo, um meio de inserção na sociedade. Por outro lado, também podemos encontrar trabalhadores da construção civil cujos destinos conduziram-nos à exclusão social.

A indústria da construção civil compreende os setores de preparação de terreno, construção de edifícios, construção de obras de engenharia civil, obras de infraestrutura para engenharia elétrica e de telecomunicações (CBIC, 2002); este estudo se concentra nos trabalhadores do setor de construção de edifícios. Essa indústria é responsável pelo emprego de grandes contingentes de trabalhadores e, na verdade, desde a década de 1980 a construção civil tem permitido contrabalançar a perda de postos de trabalho de empresas manufatureiras (POCHMANN, 2001). Segundo as informações da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), o macrossetor² da construção emprega diretamente ao redor de 5,4 milhões de trabalhadores ou 9% da

² O macrossetor da construção é definido como sendo “toda a complexa cadeia de atividades ligadas à construção” (CBIC, 2002).

população trabalhadora brasileira; o setor de edificações é responsável pelo emprego de 952 mil trabalhadores (sem contar os autônomos). No estado do Rio de Janeiro encontra-se 9,46% da população trabalhadora da indústria da construção civil brasileira, contingente de mão-de-obra menor apenas que os dos estados de São Paulo (26,92%) e de Minas Gerais (13,13%) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 1990; CBIC, 2002; IBGE, 2002).

A construção civil é um setor basicamente masculino; mais de 90% de sua mão-de-obra é composta de homens; as mulheres envolvidas em atividades no setor permanecem em atividades administrativas. A grande maioria dos envolvidos na construção civil é de trabalhadores “braçais”: os trabalhadores sem classificação específica na CBO representam 23,94% dos postos de trabalho, seguidos por pedreiros e estucadores (11,64%), carpinteiros (4,68%), operadores de máquinas de construção civil (2,53%) e de mestres-de-obras (2,42%) (CBIC, 2002).

O nível de escolaridade do trabalhador da construção civil é baixo. A grande maioria (77,17%) tem até o nível fundamental cursado; aproximadamente 21% dos operários chegou a concluir o antigo primário (4ª série) do ensino fundamental e ao redor de 18% deles pôde concluir o ensino fundamental. No entanto, o nível de escolaridade do trabalhador brasileiro na construção civil vem elevando-se ao longo dos anos. A remuneração do trabalhador da indústria da construção civil também é baixa. A média nacional chega a 3 salários mínimos mensais para cerca de 67% do estoque de trabalhadores; a região Sudeste é a que apresenta remuneração mais alta dentre todas no país, visto 60,55% dos trabalhadores ganharem até 3 salários mínimos por mês, enquanto, no Nordeste, a porcentagem de trabalhadores nessa situação é de 81% (CBIC, 2002).

O trabalho informal, ou seja, aquele em que o operário presta serviços não eventuais a um empregador sem ter anotação na carteira profissional, é bastante comum na construção civil. Relatório do SECONCI-PR (Serviço Social da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná) mostra que, entre fevereiro de 2002 e junho de 2003, pelo menos 30% das empresas associadas àquele serviço social não registraram seus empregados e metade dessas empresas sequer recolheram a contribuição para o INSS⁴ (Instituto Nacional de Seguridade Social) (SECONCI-PR, 2003). Entrementes, dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que ao redor de 60% dos empregados na construção civil não são registrados (CBIC, 2002) e esse ramo é o que apresenta o segundo maior contingente informal entre a população economicamente ativa brasileira, estando atrás apenas das empregadas domésticas (SILVA *et al.*, 2002). Relacionado a esta situação está o fato de que o número de trabalhadores da indústria da construção civil que contribuem para o Instituto Nacional de Seguridade Social é baixo (apenas 27,61% do trabalhadores fazem-no) (CBIC, 2002; DIEESE, 2001).

Muitos trabalhadores preferem permanecer trabalhando informalmente em busca de salários maiores. Assim, durante a década de 1990 presenciou-se à elevação dos rendimentos dos trabalhadores informais e abaixamento dos rendimentos dos formais. As modificações estruturais no setor da construção teriam alguma influência nesse duplo fenômeno, reflexo do aumento do uso de maquinário que permitiu a “liberação” de parte da mão-de-obra. Os trabalhadores qualificados, sem emprego nas grandes

⁴ Os dados a esse respeito concordam com a elevada informalidade no ramo da construção civil, embora os números precisos variem grandemente entre os diversos levantamentos. Segundo o DIEESE (2001), apenas 20,1% dos operários têm registro em carteira, ao passo que, para a CBIC, esse número chega a 40,9%.

empresas, trabalhariam autonomamente auferindo bons proventos, elevando os rendimentos do grupo sem carteira assinada (SILVA *et al*, 2002).

A contratação por intermédio das “gatas” é outra das formas de precarização do trabalho na construção civil. O seu objetivo é arregimentar trabalhadores informais sem haver compromisso com aspectos sociais e de segurança, além de serem organizações que pagam salários baixos aos contratados e atuam à margem da legislação. Muitas vezes, a criação dessas organizações é obra dos próprios profissionais estimulados pelo empresariado, com o intuito de reduzir os custos decorrentes dos encargos sociais correspondentes ao trabalho assalariado (MINAYO, 1983; MANGAS, 2003).

Outro aspecto da precariedade do trabalho na construção civil são os contratos por tempo determinado, usualmente por até 90 dias, muitas vezes intermediados pelas “gatas”. O tipo de terceirização implantada no setor de edificações visa a diminuição de custos da força de trabalho ao invés de buscar aumento de eficiência. O uso de mão-de-obra subcontratada se dá freqüentemente por empreiteiras, falsas cooperativas e “gatas”. Decorrente do tipo de vínculo empregatício que se estabelece usualmente na construção civil e do processo produtivo próprio do setor, a permanência dos trabalhadores em um mesmo emprego mostra-se breve, isto é, existe alta rotatividade de mão-de-obra e instabilidade no emprego da construção civil.

As estatísticas disponíveis dão conta de que quase 56% dos trabalhadores formalmente empregados no setor não chegam a completar um ano de permanência no emprego e para aproximadamente 36% dos trabalhadores, o tempo de permanência mostra-se inferior a 6 meses (CBIC, 2002). O próprio apelido dos trabalhadores da construção civil – peão –, revela uma verdade: a natureza do tipo de trabalho na construção. Assim como o brinquedo, que está sempre a rodar de um lugar para outro, o trabalhador da construção civil também sempre “roda” de um local de trabalho para

outro, isto é, o desemprego é um fato recorrente na vida do trabalhador da construção civil.

Muitos trabalhadores abraçam a construção civil em virtude justamente de longos períodos desempregados, quando uma das únicas saídas é ingressar em alguma obra. Muitos tentam ganhar a vida por meio do trabalho autônomo, isto é, fazendo “bicos”, uma realidade extremamente comum para o operário de edificações. Quando não está oferecendo seus serviços regularmente em uma edificação, o operário sobrevive às custas de sua “fama de bom pedreiro”, esperando que seu nome seja lembrado pelos clientes que necessitam de pequenos serviços e os empregam informalmente, havendo o pagamento do serviço sem haver contribuição ao INSS ou ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). De outra forma, alguns trabalhadores tentam sobreviver “expandindo seus horizontes profissionais”, e sua atuação deixa de ser exclusivamente no ramo da construção civil e passa a envolver também toda sorte de “bico” que porventura lhe seja proposto.

As transformações no sistema produtivo brasileiro refletiram também na indústria da construção civil, principalmente a partir da década de 1970. Os métodos artesanais do setor foram substituídos pela assim chamada organização científica do processo produtivo; aspectos administrativos, financeiros e materiais tornaram-se objeto de planejamento sistemático. Novas formas de gerência do canteiro de obras têm sido implementadas, algumas com inspiração nos moldes japoneses de gestão da força de trabalho (COSTA & ROSA, 1999). A introdução de maquinário diversificado no processo produtivo permitiu a substituição de numerosos trabalhadores com rendimento relativamente baixo por dispositivos mais ágeis e de maior rendimento, da mesma forma como se deu com a prática de montagem de peças fabricadas em empresas do setor de produção de materiais de construção (MINAYO-GOMEZ, 1983).

A intensificação do trabalho, a contratação de mão-de-obra pouco qualificada e a manutenção de trabalho precarizado são algumas das mudanças porque passou a construção civil nas últimas três décadas. São todas transformações vistas no processo produtivo da construção civil e que visam à acumulação e valorização do capital, além da extração da mais-valia.

Uma obra de edificações envolve três grandes etapas: 1. preparação do terreno e fundação, 2. elevação e estrutura e 3. acabamento, cada uma delas com suas características próprias. Como nota MANGAS (2003), “na fundação predominam o uso de tecnologia e a exploração da mão-de-obra não-qualificada. Na estrutura, evidencia-se a racionalidade do trabalho parcelado e segmentado (...)”. O maquinário pesado assume papel de destaque como forma de tornar maior a racionalidade para o capital.

A fundação e a estrutura requerem trabalhadores com qualificação inferior àquela do acabamento. Na medida em que evolui a obra, os operários com qualificação inferior envolvidos em uma etapa são dispensados e substituídos por outros, mais afeitos às necessidades do estágio em que a construção encontra-se. No acabamento o controle do processo de trabalho passa da empresa para o profissional, ao contrário do que se verifica nas fases anteriores. Nesse momento, as subempreiteiras têm maior importância para o empresário, ao permitir a contratação de operários por produção e tornar o controle do trabalho mais fácil (MINAYO, 1983).

Essas transformações foram acompanhadas por mudanças no perfil do operário. Em uma mesma obra, é possível trabalharem lado a lado operários com diferentes “níveis” de serventia ao capital, como acontece nas fases finais da construção de um imóvel de maior porte. Ao trabalhar para sua subsistência, sem visar à acumulação de capital, o trabalhador artesanal - detentor do saber-construir - não permite a criação da mais-valia. Esse operário agora divide o espaço na obra com o trabalhador assalariado, figura outrora pouco presente nos canteiros de obras, que realiza atividades pouco

especializadas e definidas, inclusive operando maquinário pesado e cujos esforços são coordenados por formas de organização do trabalho impostas de modo a torná-lo o mais produtivo possível.

A prática de subcontratação de mão-de-obra tem progressivamente ganhado espaço na construção civil. Na verdade, esse fenômeno representa a acentuação de uma característica do setor de edificações da construção civil. De fato, tanto a subcontratação quanto a elevada rotatividade da mão-de-obra sempre se fizeram presentes nesse meio (FLOHIC, 1983; MINAYO-GOMEZ, 1983; MINAYO, 1983). Junto da terceirização de atividades em uma obra, há a terceirização das tarefas perigosas para as empreiteiras e cooperativas, constituindo o denominado “gerenciamento artificial do risco”. Desse modo, as preocupações relativas à segurança no ambiente laboral são simplesmente transferidas da empresa contratante para as subcontratadas (GOMES, 2003).

Como resultado, os trabalhadores são divididos em grupos de formais e informais, fixos, temporários e terceirizados, qualificados e não-qualificados, gerando diferenciação entre os operários que ocupam o espaço de um mesmo canteiro de obras. Como exemplo dessa diferenciação há a alimentação servida, que geralmente se restringe ao almoço (MANGAS, 2003) e é fornecida apenas aos trabalhadores pertencentes ao quadro fixo da empresa. A maioria dos terceirizados ou informais tem que arcar com os custos de sua própria alimentação. Outro exemplo é o auxílio para o transporte, inexistente para um grande contingente de trabalhadores terceirizados e subempregados, o que eleva suas perdas salariais (FLOHIC, 1983).

A contratação de trabalhadores da construção civil por intermédio de falsas cooperativas é uma realidade cada vez mais comum. Cooperativas são criadas por orientação de empresas que demitem seus empregados; em seguida, os demissionários são tornados cooperados da falsa cooperativa e retomam seus antigos

postos de trabalho, bem como seus vencimentos diretos. No entanto, sob um véu de legalidade, os direitos trabalhistas e previdenciários dos operários são subtraídos sistematicamente (SINGER, s.d.). Conquistas históricas dos trabalhadores celetistas (como o décimo-terceiro salário, as férias anuais remuneradas, o descanso semanal remunerado e a possibilidade de receber parte do FGTS em caso de demissão sem justa causa) não se aplicam à mão-de-obra de cooperativas; os direitos trabalhistas dos cooperados são restritos em comparação aos dos trabalhadores contratados formalmente. Para muitos trabalhadores, o fato de poder auferir uma renda maior no final do mês – algo comum entre os cooperados – seria mais vantajoso do que ter a anotação em carteira de trabalho.

Os acidentes de trabalho são um aspecto marcante na construção civil. Embora os representantes das empresas do setor tornem público a diminuição nos últimos anos da incidência dos acidentes (CBIC, 2002; SECONCI, 2003), é sabido que a subnotificação é prática comum. O cenário que se vê mostra empresas que não oferecem condições de segurança no ambiente laboral, empresas que transferem a gerência dos riscos ambientais para suas subcontratadas e a responsabilização dos empregados pela sua própria segurança no canteiro de obras (MINAYO GOMEZ, 2004; SILVEIRA *et alii*, 2005). A concorrência elevada e o custo elevado de obras tornam a redução de gastos com treinamento de pessoal, contratação de técnicos e compra de materiais de segurança uma opção administrativa para as empresas (FUNDACENTRO, 1998).

Os trabalhadores incorporam o corolário que lhes atribuiu a culpa pelos acidentes e aceitam a “naturalização” dos riscos no ambiente laborativo. Os operários menos qualificados, como carpinteiros, pedreiros e ajudantes braçais, são os mais atingidos (LUCCA & MENDES, 1993; SILVEIRA *et alii*, 2005).

Os acidentes típicos fatais são freqüentes (DRT, 2004; LUCCA & MENDES, 1993). Dos acidentes de trabalho fatais envolvendo todos os setores da economia, a construção de edificações ocupa o primeiro lugar, registrando mais de cinco vezes o número do setor que vem em seguida (construção de estações e redes de distribuição) (DRT, 2004). Ainda segundo os dados do Ministério do Trabalho (a partir da CBO – Classificação Brasileira de Ocupações), da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), entre as dez ocupações listadas pela CBO que mais registram fatalidades, estão cinco pertencentes ao setor da construção civil: servente de obras, outros trabalhadores da construção civil e trabalhadores assemelhados não-classificados sob outras epígrafes, pedreiro (em geral), soldador (em geral) e pedreiro de edificações (DRT, 2004). Além disso, o estado do Rio de Janeiro é o segundo colocado em acidentes de trabalho entre todas as unidades da federação, estando atrás apenas de São Paulo e respondendo por 21% do total de acidentes registrados no Brasil (FUNDACENTRO, 1999).

Além disso, os acidentes típicos fatais deixam a família do trabalhador em situação de vulnerabilidade intensa, muitas vezes desestruturando as relações familiares tanto pelo falecimento de um membro da família quanto pela subtração de uma fonte de renda. Mesmo nos casos de acidente típico fatal, não é incomum se deixar de notificar o fato às autoridades governamentais, ainda que o acidentado tivesse anotação em carteira de trabalho (MANGAS, 2003; MINAYO GOMEZ, 2004).

Ao mesmo tempo em que os acidentes e as doenças profissionais são freqüentes, as doenças ditas “não ocupacionais” também têm prevalência elevada. Segundo dados do SECONCI-RJ (Serviço Social da Indústria da Construção no Estado do Rio de Janeiro), os diagnósticos firmados com maior freqüência entre os trabalhadores que procuraram auxílio médico nesse serviço, de 2001 a 2004, foram consultas de “rotina”, hipertensão, obesidade, lombalgias, gastrites e duodenites, dislipidemias, hipoacusia neurossensorial e dor abdominal (SECONCI-RJ, 2004). Além

disso, a prevalência de hipertensão arterial na construção civil é sabidamente mais elevada que na população “geral” (MELHADO *et al*, 1984).

O trabalho na construção civil é marcado por situações de vulnerabilidade e de precarização. Vulnerabilidade do trabalhador, sujeito de uma vida árdua e sofrida. Precarização do trabalho que ergue os edifícios e obras que trariam o progresso mas mantém toda uma classe exposta a condições de trabalho sem segurança ou reconhecimento. Em muitas ocasiões, esses trabalhadores são levados a viver situações de vulnerabilidade crescente, chegando ao ponto de tornarem-se moradores de rua.

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLOGICA

VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

Nesta pesquisa parti do conceito de *vulnerabilidade*, correspondendo a situações a que estão expostos “grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos” (AYRES *et al.*, 2003). A vulnerabilidade pode ser considerada sob diversos ângulos. No trabalho, a vulnerabilidade decorre da perda de postos de trabalho, da criação de empregos de tempo parcial ou de duração limitada, da dificuldade para a população jovem em encontrar emprego (da mesma forma como ocorre entre os trabalhadores de menor qualificação) e do desemprego recorrente e duradouro.

O fato de um imóvel ser construído em três grandes etapas – fundação, estrutura e acabamento –, contribui para a geração e perpetuação da vulnerabilidade dos operários: Conquanto o fato de haver três etapas na edificação de um imóvel não redundar necessariamente em vulnerabilidade, quando uma etapa encerra-se e se inicia a seguinte, os operários que não são mais necessários freqüentemente são dispensados. Muitas vezes, eles são contratados para executar tarefas específicas por curtos períodos durante o processo produtivo. Assim, como forma de reduzir custos com a mão-de-obra, as empresas preferem relacionar-se com seus trabalhadores de modo a tornar duradoura a rotatividade da mão-de-obra, a terceirização (e “terceirização da terceirização” da mão-de-obra), o uso de “gatas” para arregimentação de operários, a elevada prevalência de acidentes do trabalho (inclusive fatais), o desemprego, os vínculos trabalhistas atípicos e o aumento do trabalho por conta própria.

Essas diversas práticas das construtoras representam a dimensão laboral da vulnerabilidade. Por meio delas os operários vêem seus direitos trabalhistas e previdenciários, a promoção da saúde e a prevenção de acidentes e doenças no trabalho serem ignorados. A vulnerabilidade no trabalho apresenta reflexos em outros âmbitos das vidas dos operários, como a fragilização de laços familiares e a moradia nas ruas.

Na dimensão sociofamiliar sobrevém a fragilização e precariedade das relações sociais, isto é, familiares, de sua vizinhança e da comunidade onde se insere, de modo a levar a pessoa à solidão e ao isolamento. Nas relações sociais brasileiras, a família e a comunidade constituem-se “a principal referência para o indivíduo reconhecer-se como tal (unidade de pertencimento)” (ESCOREL, 1999) e são os pontos de apoio para o enfrentamento de situações de instabilidade econômica ou laboral. O distanciamento de natureza sociofamiliar conduz os indivíduos a um processo de isolamento em que as pessoas deixam de participar de seu lugar na sociedade, logo não pertencem mais a alguma unidade de pertencimento sociofamiliar.

A dimensão política da vulnerabilidade e da exclusão revela-se em “trajetórias no âmbito da cidadania [que são constituídas pela] precariedade no acesso e no exercício de direitos formalmente constituídos, e [pela] incapacidade de se fazer representar na esfera pública” (ESCOREL, 1999). Os excluídos politicamente não “têm direitos a ter direitos” e não têm a capacidade de manifestar suas individualidades, caracterizando a impossibilidade de tratamento recíproco de igualdade na sociedade da qual estão excluídos.

A dimensão humana da exclusão social mostra, em sua manifestação extrema, a possibilidade de as potencialidades dos indivíduos serem reduzidas apenas à manutenção das próprias vidas, estando, portanto, abandonados. “Sua sobrevivência,

preocupação exclusivamente individual, circunscreve a precariedade do presente e a ausência de futuro; a vida é um eterno presente” (ESCOREL, 1999). O processo de exclusão social tende a tornar “esquecidos” pela sociedade os indivíduos sujeitos desse processo, motivo pelo qual suas sobrevivências são “exclusivamente individuais”.

O conceito de *exclusão social* empregado neste trabalho envolve a idéia de pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, com dificuldade de participar da vida em sociedade e sustentar-se minimamente, fatos que são muitas vezes a expressão última da dificuldade de se manter vínculos estáveis com o trabalho.

Na verdade, deve-se considerar como sendo um processo essa trajetória de vulnerabilidade e exclusão social. Tal processo pode ser entendido a partir do conceito de zonas de vinculação/desvinculação de Castel (1997, 2005). De acordo com esse autor, a vulnerabilidade envolveria dois eixos principais de desestruturação da vida dos indivíduos, a familiar (relacional) e a ocupacional. “O recorte desses dois eixos circunscreve zonas diferentes do espaço social, conforme o grau de coesão que elas asseguram” (CASTEL, 1993), a partir dos quais é possível situar a amplitude do desligamento sofrido pela pessoa.

A primeira zona de coesão social, a de integração, é aquela do indivíduo que possui um trabalho estável, permanente, e está inserido em sua comunidade por vínculos relacionais fortes.

Uma segunda zona, que recebeu o nome de vulnerabilidade, seria constituída, de um lado, pelo trabalho precarizado de trabalhadores independentes, muitas vezes incapazes de conseguirem empregos formais que lhes garantam acesso aos direitos sociais. Por outro lado, os vínculos relacionais dessas pessoas também encontram-se frágeis, ocupando uma posição intermediária entre o indivíduo integrado e aquele abandonado ou errante.

A terceira zona é a desfiliação⁶, caracterizada pela conjugação do não-trabalho e do isolamento social; em muitas ocasiões, apesar de poder trabalhar, o indivíduo não o faz voluntariamente. A categorização de Castel estende-se ao “vagabundo, o errante e o estrangeiro”. A situação do indivíduo nessa etapa do processo de exclusão social é contraditória,; ao mesmo tempo que ele é mantido à parte do sistema produtivo que não necessita de sua força de trabalho, seria somente voltando a integrar esse sistema produtivo que o excluído teria a oportunidade de mudar seu *status* de excluído.

Portanto, a exclusão social é o extremo de um espectro de “desligamento social” do indivíduo. Está em oposição ao conceito de coesão social, significando a ruptura do vínculo social. Desse modo, o excluído é aquele indivíduo desnecessário ou supérfluo para o sistema produtivo e mantido à parte desse sistema, sem possibilidade de a ele integrar-se.

Existe ainda uma quarta zona denominada de assistência integrada, constituída por indivíduos cuja inserção no eixo do trabalho é precária ou se dá até mesmo pelo não-trabalho, mas que pertencem a uma comunidade, que os acolhe e dá-lhes suporte. Essa zona é a “proteção aproximada”, cujos exemplos são as pessoas incapazes de trabalhar em virtude de sua idade (como idosos) ou de doenças (inválidos) (CASTEL, 1993, 1997, 2005).

A experiência pessoal de vulnerabilidade pode ser compreendida de uma outra forma, que se configura como uma série de transformações das condições de vida e de identidade dos indivíduos. Nesse sentido, situa-se a análise de Paugam (1994) sobre as fases do processo de desqualificação social, vinculado às relações dos excluídos com os serviços de assistência social.

⁶ Castel usa a palavra desfiliação para aludir à exclusão social tal como entendido nesta pesquisa.

A primeira fase foi denominada de fragilidade e corresponde ao ponto de partida do processo de desqualificação social pelo desemprego ou dificuldades de inserção profissional e perda da moradia; é nesse momento que se dá o “aprendizado” da desqualificação. Caracteriza-se por sentimentos de humilhação e inferioridade que não impedem, no entanto, os indivíduos de continuarem procurando sua reinserção laboral. Ao cabo de um determinado período, usualmente prolongado, a procura por ocupações, se for infrutífera, leva os indivíduos a recorrerem aos serviços de assistência social.

Ao iniciarem o contato com serviços de assistência, os excluídos ingressam na segunda etapa de desqualificação social, chamada de dependência. Nesse ponto, há a passagem do estatuto de trabalhador para o de “assistido”. O indivíduo é considerado socialmente desvalorizado e começa a receber auxílio assistencial, habitualmente suficiente apenas evitar a miséria extrema. Com o passar de algum tempo, ao depender da assistência social para sobreviver, sua personalidade transforma-se para corresponder aos papéis e às expectativas específicas dos trabalhadores sociais a partir do desenvolvimento de justificativas e racionalizações.

O processo de desqualificação social que sofrem os excluídos sociais apresenta seu ponto máximo na chamada etapa de ruptura, fruto do acúmulo de fracassos e deficiências nas várias dimensões que a vulnerabilidade comporta. Nesse momento, os indivíduos estão marcados por intensa marginalização e, desesperançados, perdem o sentido da vida. Como não percebem mais futuro plausível adiante, muitos adotam posturas de enfrentamento e agressividade. Outros abraçam o etilismo como tentativa de solucionar o vazio de sentido em que vivem.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa é de cunho qualitativo, ou seja, é valorizada a interpretação que os indivíduos dão às suas trajetórias de vida e de trabalho, bem como as particularidades de cada um dos grupos dos trabalhadores estudados. Há a preocupação de “explicar os meandros das relações sociais consideradas essência e resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional, que pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência e da explicação do senso comum” (MINAYO, 2004). Além disso, como o conhecimento é sempre uma aproximação da realidade, uma tentativa de se ter uma idéia mais clara e precisa do que se dá na realidade concreta, a apreensão das falas, das emoções e dos significados para os indivíduos é parte do esforço do conhecimento.

Optei pelo uso de entrevistas semi-estruturadas durante o trabalho de campo por entender ser possível, por meio dessa técnica, abordar os assuntos de meu interesse e também permitir ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, sem limitá-lo por opções fornecidas por mim. Durante as entrevistas, empreguei um roteiro cujo conteúdo discutirei a seguir, com o intento de auxiliar o desenvolvimento da discussão. Por meio da entrevista, buscou-se as “condições estruturais, os sistemas de valores, normas e símbolos (...) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas” (MINAYO, 2004).

O roteiro foi elaborado com a intenção de, em primeiro lugar, poder caracterizar como se dá a vulnerabilidade entre os trabalhadores da construção civil e, em segundo lugar, poder caracterizar de que diferentes modos essa vulnerabilidade se manifesta em indivíduos. Foi pensado um roteiro único, porém contendo algumas perguntas a mais a serem feitas para os moradores de asilos ou que moraram nas ruas. Descreverei em

primeiro lugar os itens comuns a ambos os grupos de entrevistados; menciono os aspectos discutidos com o segundo grupo de trabalhadores em seguida.

A apresentação ao entrevistado era o primeiro aspecto do roteiro; procurava usar palavras mais próximas do vocabulário do entrevistado sem parecer, no entanto, presunçoso ou falso. Explicava-lhe que se tratava de uma entrevista com fins acadêmicos, garantia-lhe o sigilo e solicitava para gravar e a assinatura no termo de consentimento. O entrevistado tinha liberdade para falar o quanto desejasse e para fazer digressões; ocasionalmente eu solicitava retornarmos aos assuntos de meu interesse. A introdução a novos assuntos, para seguir o roteiro, era feita por mim quando tinha a sensação de que podia fazê-lo, pois não iria perder alguma informação importante ou não iria constranger o entrevistado. Conversava sobre a origem do entrevistado: de onde veio, o porquê de ter migrado, onde mora atualmente. A investigação sobre a história laboral anterior ao ingresso na construção vinha logo após; quais atividades exerceu, durante quanto tempo, o que fazia, o local do trabalho, tipos de vínculos empregatícios e acidentes ou doenças no trabalho eram alguns dos aspectos sobre os quais conversávamos. O próximo tópico da entrevista era a descrição do histórico ocupacional específico da construção civil, abordando como ingressou na construção civil, atividades e funções que exerceu, quanto tempo permaneceu em cada função, empresas em que trabalhou. Alguns assuntos receberam mais destaque durante as entrevistas, como os tipos de vínculos empregatícios, isto é, se formal ou informal, se cooperado, trabalhador por conta própria ou contratado por tempo determinado, treinamento nas funções, jornada de trabalho e horas-extras.

Algumas perguntas a respeito da vulnerabilidade do trabalhador da construção civil envolviam motivos de satisfação e insatisfação no trabalho, principais problemas com que se defronta na construção civil, segurança no trabalho, acidentes no trabalho, como vê a segurança no trabalho, fornecimento de equipamentos de segurança e

doenças no trabalho. Também perguntava sobre períodos em que porventura esteve desempregado, o que fez para manter-se e quanto tempo permaneceu desempregado.

Para aqueles que estiveram ou estavam morando nas ruas, abordei, além do que foi citado acima, alguns conteúdos específicos: motivos que o levaram a morar nas ruas, vínculos familiares, meios de sobrevivência nas ruas, tempo de permanência nas ruas, inconvenientes de morar na rua, de que modo chegou à instituição onde está.

Em alguns casos, o entrevistado discutiu com mais profundidade algum aspecto que julgou relevante. Procurei criar um clima de empatia, deixando claro que não tenho nenhuma forma de relação com algum superior hierárquico ou funcionário da instituição onde estava o entrevistado; em algumas situações, precisei enfatizar que não estava “fazendo ficha de emprego”, isto é, não procurava trabalhadores para contratá-los. Algumas entrevistas deram-se de modo muito natural e espontâneo, durando mais e permitindo discutir um número maior de assuntos e em maior profundidade; em outras, o trabalhador aguardava alguma intervenção minha para falar e respondia brevemente. Em todas as entrevistas o relacionamento entre pesquisador e entrevistado foi bom e amistoso.

A fim de identificar as diversas situações de vulnerabilidade por que passam os operários da construção civil, procurei localizar grupos de trabalhadores que se encontravam em estágios diferentes dentro do espectro de vulnerabilidade. Encontrei um primeiro grupo de entrevistados nas dependências da FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. Essas pessoas dividiam algumas características que os distinguem dos demais entrevistados: todos eles estavam trabalhando na construção civil no momento da entrevista, portanto tinham alguma forma de inserção no mercado de trabalho, e todos têm “amparo social”, isto é, todos têm suas residências e famílias e estão inseridos em alguma comunidade. Isso não significa que alguns desses trabalhadores não passaram por

situações difíceis, de grande sofrimento. O segundo grupo é caracterizado pelo fato de que todos já viveram a experiência de não ter uma casa para onde retornar do trabalho, isto é, todos já moraram nas ruas (embora muitos tenham sido entrevistados na FLT – Fundação Leão XIII – portanto fora das ruas), configurando, assim, casos de vulnerabilidade extrema, ou seja, de exclusão social. Além disso, todos trabalham ou já trabalharam na construção civil. E, por último, a maioria dos operários deste segundo grupo não tem mais laços familiares – por terem perdido contato, por os familiares terem morrido ou por preferirem não comunicar-se mais com os seus.

O trabalho de campo envolveu uma série de contatos com diversas pessoas e organizações, iniciados já no primeiro ano do curso de mestrado. Dei início a ele ao visitar as entidades patronais ligadas à construção civil no Rio de Janeiro – SECONCI-RJ e SINDUSCON-RJ; essas instituições forneceram-me alguns dados estatísticos sobre o setor e outras informações relativas à saúde dos trabalhadores.

O passo seguinte, após definido o objetivo e os métodos da pesquisa, foi entrar em contato com o Centro de Acolhimento da prefeitura municipal do Rio de Janeiro, ao lado do “Camelódromo” da rua Uruguaiana. Infelizmente, apesar da boa vontade das funcionárias da prefeitura, foram colocadas algumas restrições para a realização das entrevistas que tornariam a pesquisa muito demorada e custosa; assim sendo, abandonei o plano de fazer entrevistas no Centro de Acolhimento da Prefeitura Municipal. . Apesar disso, foi-me sugerido procurar a Fundação Leão XIII – FLT -, onde poderia ter maior facilidade para a realização do trabalho de campo.

De fato, a FLT foi a etapa seguinte. O contato inicial com a DAE – Diretoria de Assuntos Especializados – permitiu conhecer a proposta de assistência da FLT, sua estrutura e o perfil das atividades. Ao apresentar meu projeto de pesquisa, fui encaminhado às várias sedes da instituição: Campo Grande, Centro de Triagem em

Bonsucesso e Centro de Acolhimento de Benfica (CAB). A sede de Campo Grande abriga pessoas idosas de ambos os sexos, vários sem famílias; alguns moram lá há vários anos. O Centro de Triagem de Bonsucesso abriga indivíduos que moravam nas ruas e foram encaminhados para lá, ou procuraram espontaneamente a FLT (freqüentemente por indicação de “conhecidos das ruas”). No Centro de Triagem esses moradores de rua permanecem até 30 dias; findo esse período, são transferidos para alguma das outras sedes da FLT. Muitos de seus “usuários” (como são chamados) estavam nas ruas há muitos meses, alguns há anos. Fiz várias visitas ao Centro de Triagem de Bonsucesso e sempre pude conversar na sala do serviço de psicologia, o que manteve a privacidade do entrevistado. O CAB apresenta uma proposta diferenciada de atendimento ao morador de rua; famílias inteiras são atendidas; os adultos recebem treinamento em algumas atividades profissionais, as crianças devem freqüentar aulas durante sua permanência na instituição.

Ao mesmo tempo em que colhia entrevistas nas sedes da FLT, procurei entrevistar o grupo de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho e que tinha vínculos relacionais fortes. Para isso, dirigi-me às obras de edificação que havia em algumas unidades da FIOCRUZ. Para conversar com os operários, solicitava ao encarregado que dispensasse para a entrevista o trabalhador com quem conversaria; em nenhum momento me foi negada essa possibilidade. A obra da EPSJV (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio) estava sendo edificada por uma construtora que terceirizou o serviço para uma cooperativa. Após certo período, os trabalhadores foram contratados formalmente pela empresa construtora. Desse modo, algumas de minhas entrevistas foram realizadas com cooperados e outras com trabalhadores formais. As entrevistas da EPSJV sempre se deram em salas fechadas para preservar a privacidade dos depoentes. Além desses trabalhadores, entrevistei um cooperado da

COOTRAM (cooperativa que presta diversos tipos de serviços para a FIOCRUZ, inclusive alguns relacionados à construção civil).

Uma vez terminado o trabalho de campo, teve início a organização dos dados obtidos. Para compreender a “verdade íntima” das trajetórias ocupacionais e de vida dos entrevistados, após a transcrição das entrevistas e a substituição dos nomes por pseudônimos, procurei fazer a leitura vertical exaustiva das entrevistas, deixando manifesto o que parecia guardar relação com os objetivos da pesquisa. A leitura transversal veio em seguida e as categorias empíricas evidenciadas anteriormente foram organizadas de modo a permitir o estudo das entrevistas. Feito isso, baseando-me na metodologia dialético-hermenêutica e buscando "entender o texto, a fala, o depoimento, como resultante de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem)" (MINAYO, 2004)., empreendi a análise, compreensão e interpretação dos dados empíricos a partir das categorias analíticas determinadas anteriormente. A opção pela dialética-hermenêutica se deu pela afinidade de suas construções com a abordagem que pretendi realizar. A hermenêutica possui um caráter universal que advém da ligação entre linguagem, ser e compreender. “Qualquer comunicação do homem com outros homens é, em última instância, um processo de tradução, de fusão de horizontes, uma incorporação do estranho no que é próprio” (STEIN, 1987). Além disso, a hermenêutica está vinculada intimamente à práxis humana e reconhece que quem compreende um objeto (e não apenas o objeto compreendido) também está envolto em tradições, portanto é historicamente determinado.

No entanto, a hermenêutica não se mostra suficiente onde a comunicação e a linguagem estão perturbadas, ou seja, na compreensão da sociedade alienada por ideologias. Nesse ponto a dialética torna-se importante para refletir. A tomada de

consciência dentro da própria linguagem e da comunicação permite a comunicação sem ideologia, isto é, torna-se possível a união entre hermenêutica e dialética. Desse modo, o trabalho dialético-hermenêutica permite explicitar nos procedimentos científicos e de “dar conteúdo aos caminhos da reflexão filosófica” (STEIN, 1987). Ela “se introduz no tempo presente, na cultura de um grupo determinado para buscar o sentido que vem do passado ou de uma visão de mundo própria, envolvendo num único movimento, o ser que compreende e aquilo que é compreendido” (MINAYO, 2004).

3. DA VULNERABILIDADE À EXCLUSÃO SOCIAL DE TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO

Durante a pesquisa entrevistei dezesseis trabalhadores, cada um tendo histórias de vida laboral próprias e únicas. Suas histórias de vida evidentemente são bem mais complexas do que as linhas resumidas em que tentei ressaltar apenas os aspectos mais relevantes para esta pesquisa. No entanto, ao longo da apresentação e discussão dos resultados são fornecidas outras informações.

Os resultados e discussões foram apresentados agrupados a partir das categorias empíricas que pude reconhecer após a leitura transversal dos depoimentos. No primeiro subcapítulo do capítulo 3, “precariedade dos vínculos laborais”, discuto a perda progressiva dos direitos trabalhistas e a passagem para a informalidade, o trabalho para empreiteiros, por “bicos”, por “gatas”, a presença das falsas cooperativas e as redes de relações. No subcapítulos seguintes, “girando como um pião” e “não há vagas”, as categorias empíricas discutidas são a alta rotatividade, o desemprego recorrente e os empregos por tempo determinado. O próximo subcapítulo, “martelada no dedo não é acidente”, discute a omissão nos depoimentos da ocorrência de acidentes de trabalho, a naturalização dos riscos e a presença da “ideologia defensiva”, a relação entre acidentes de trabalho e a exclusão social, a omissão das empresas no socorro e cuidado para os operários acidentados, a falta de diagnóstico de doenças ocupacionais e a postura em relação ao uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e à atuação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs). Em “laços familiares”, as categorias empíricas estudadas são o abandono e a vida asilar, a dificuldade de relacionamento com familiares e o etilismo e uso de psicotrópicos. Nos subcapítulos “caído nas ruas” e “vivendo no limite”, são apresentados os resultados e discussões baseados nas categorias busca por melhores condições de vida, violência

urbana, relação com narcotráfico, relação com organizações não-governamentais e “bicos” para sobreviver. O subcapítulo “a paralisia diante da perda da identidade” trata da perda dos documentos pessoais dos operários.

Descreverei a seguir alguns dados sobre o perfil dos entrevistados; seus nomes foram substituídos por pseudônimos.

1. Daniel

Carioca contando aproximadamente 40 anos, entrevistado em seu local de trabalho, um imóvel no bairro do Catete. Daniel nasceu no Rio de Janeiro mas mudou-se para Londrina (PR) para residir com uma tia quando os pais faleceram. Morou em Londrina mais de 20 anos e retornou para o Rio de Janeiro no início de 2004; no entanto, no seu regresso não encontrou moradia, sendo obrigado a permanecer nas ruas da cidade durante vários meses até ingressar no programa “Boa Noite”, da prefeitura municipal do Rio de Janeiro. Quando foi entrevistado, trabalhava na mesma obra que Felipe e William e residia na mesma hospedaria que seus colegas.

2. William

Trabalhador natural de Belém do Pará, com aproximadamente 40 anos, entrevistado na hospedaria no bairro da Glória onde residia. Saiu de casa ainda adolescente após desentender-se com o padrasto; nessa ocasião ingressou no ramo de edificações, para sustentar-se. Após algum tempo, largou a construção civil e experimentou outras atividades, desde garçom – seria o seu sonho de vida – até operário em estaleiro em Angra dos Reis. Seu tempo era dividido entre os bicos na construção civil, reformando um imóvel do dono da hospedaria onde morava, e o vagar pelas ruas do Rio de Janeiro, catando material reciclável para vender em seguida.

3. Fernando

Trabalhador de 52 anos, natural de Maricá (RJ), saiu da lavoura para ganhar a vida na construção civil. Nesse trajeto, morou em São Paulo, trabalhou na barragem de Itaipu, retornou para a lavoura. O depoimento de Fernando é muito crítico e inconformado com a situação dos trabalhadores de edificações. Sofre de dores lombares de longa data, fruto de acidente no trabalho, que o impedem de trabalhar. Entrevistei-o nas dependências da FLT, onde estava há aproximadamente 30 dias.

4. Fausto

Cearense de 53 anos, entrevistado no centro de triagem da FLT. Ingressou na construção civil em 1973 fazendo assentamento de tijolos, sendo “promovido” a meio oficial e depois a pedreiro. A maior parte de sua vida profissional trabalhou na construção civil. Separou-se da primeira esposa após mais de 10 anos de união por causa “da bebida”. Teve um segundo casamento, mas também se separou por “problemas com a sogra”; a partir desse momento, em meados de 2003, passou a morar nas ruas, fazendo “bicos” ou catando material reciclável para vender.

5. Ivo

Carioca de 54 anos, nascido na Mangueira, trabalhou em diversas atividades durante sua vida: ceramista, funcionário de gráfica, metalúrgico, operário em estaleiro, trabalhador da construção civil, encaixotador de garrafas em cervejaria. Morava nas ruas há pelo menos seis anos, até ser conduzido à FLT, onde foi entrevistado (em seu centro de triagem). Diz que caiu nas ruas “por causa das drogas e da bebida”, consumidos desde a infância.

6. Otávio

Mineiro residente da sede de Campo Grande da FLT, Otávio conta 68 anos. Está sob os cuidados da FLT desde 1992, quando foi atropelado e sofreu fratura das duas pernas. Desde então, anda com auxílio de órteses e não trabalha. Além de viver sob os cuidados asilares, Otávio recebe um auxílio previdenciário - *o salário é pouco mas dá prá se mantê*. Começou sua vida trabalhando na lavoura, em Viçosa, mas logo deixou a agricultura para trabalhar em edificações e em “bicos”, atividades em que permaneceu até se acidentar. Disse que ainda permanecia na FLT por aguardar familiares irem buscá-lo e levá-lo para Minas Gerais.

7. Jorge

Mineiro com 61 anos, também é morador da sede de Campo Grande da FLT há vários anos (ao menos desde 1992); antes, morou na sede de Niterói da FLT por 5 anos. Trabalhou em diversas atividades: agricultor, ajudante de caminhão, “garçom de quitanda”; procurava a construção civil quando não conseguia outras ocupações. Perdeu os pais ainda criança e foi criado por parentes com quem perdeu contato há longa data. Passou a residir nas ruas porque sua documentação teria sido roubada, criando-lhe dificuldades para manter-se.

8. Frederico

Morador da FLT em Campo Grande e natural de Franca (SP), este senhor de 76 anos trabalhou regularmente na construção civil apenas no início de sua vida profissional, em São Paulo. Deixou a construção por ter tido ceratite durante o preparo cotidiano da cal. Em seguida, decidiu tentar a vida como escovador de cavalos e como jóquei no jóquei clube. Ao não conseguir montar cavalos – *o Getúlio [Vargas] não queria jóquei preto* –, foi trabalhar como bombeiro hidráulico. Reside na FLT sem perspectiva de voltar para o seio familiar, pois toda sua parentela já teria morrido.

9. Luciano

Pernambucano de 49 anos, entrevistado no centro de triagem da FLT. Iniciou sua vida profissional na lavoura, mas já está há mais de vinte anos na construção civil, onde começou como servente e conseguiu chegar a carpinteiro. Apesar de ser experiente, Luciano contou-me que há muito tempo não conseguia empregos em edificações que não fossem temporários ou sem anotação em carteira de trabalho. Sua passagem para as ruas ocorreu pela incapacidade de manter-se dignamente e pagar hospedagem em função da má qualidade dos trabalhos que conseguiu.

10. Juarez

Bahiano de Itabuna, com 41 anos, Juarez permaneceu um ano morando nas ruas do Rio de Janeiro antes de ir para as instalações da FLT em Triagem, no CAB, onde se encontra há um ano. Seus primeiros anos como trabalhador foram ocupados na “roça”; procurou a construção civil a partir dos 25 anos - *porque na roça só dá renda pro dono [da terra] (...), só ganha aquela mixariazinha*. Sua passagem pela construção civil tem sido marcada por empregos temporários e pela incapacidade de ascender na hierarquia profissional, visto até hoje ser ajudante. Veio para o Rio de Janeiro com dinheiro suficiente para hospedar-se poucos dias e logo foi passar as noites nos arredores da rodoviária.

11. Paulo

Paulo trabalhava como armador cooperado nas obras da EPSJV ao ser entrevistado. Veio do interior do Rio de Janeiro para a capital em busca de mais

oportunidades de trabalho. Ingressou na construção aos 18 anos como servente e conseguiu ser promovido a profissional (armador).

12. José

Armador cooperado de 54 anos nas obras da EPSJV, sempre esteve na construção civil. Mora em Campo Grande, portanto enfrentava 3 horas de ida e 3 horas de volta do trabalho diariamente. Pouco tempo depois de ser entrevistado, conforme previra para mim, seus serviços foram “dispensados” da obra na EPSJV (junto de muitos colegas seus).

13. Flávio

Carpinteiro cooperado de 43 anos, trabalhava nas obras da EPSJV. Ingressou na construção civil há poucos anos; em sua atividade anterior, caseiro, era obrigado a estar disponível para seu empregador todos os dias da semana, durante todo o dia, motivo que o fez alternar sua atividade. Quando o entrevistei, Flávio dividia o aluguel de um barraco em uma comunidade próxima à FIOCRUZ, a Vila do João. Seu plano era retornar a Rio das Ostras, onde mora sua família, se não conseguisse nova colocação no mercado de trabalho após o término das obras da EPSJV.

14. Carlos

Servente de pedreiro com 42 anos, Carlos entrou na construção há somente 3 anos, por não conseguir mais colocação no mercado de trabalho como entregador de livros, atividade em que permaneceu por 10 anos: *o campo tá tão difícil hoje... (...) A construção... é porque tá difícil mesmo, né?* Estudou até a 7ª série e abandonou os estudos para poder trabalhar. Trabalhava “pela agência” nas obras da EPSJV, mas seu contrato de trabalho durava apenas 90 dias.

15. Ciro

Ciro contava 25 anos ao conhecê-lo; era auxiliar de almoxarife, cooperado, nas obras da EPSJV. Segundo narrou-me, conseguiu o emprego por meio da indicação de uma pessoa conhecida na cooperativa; como sabia lidar com microcomputadores, pôde passar das funções de servente para auxiliar de almoxarife. Antes de ingressar na construção, Ciro esteve preso durante 4 anos, por envolver-se com o narcotráfico.

16. Dante

Dante mora em uma das comunidades de Manguinhos e é pintor cooperado há quase 10 anos, prestando serviços para a FIOCRUZ. Graças à cooperativa, foi-lhe possível fazer cursos de atualização em sua função. No momento da entrevista, Dante cursava o supletivo do ensino médio. Largara os estudos e ingressou no mercado de trabalho aos 15 anos para poder sustentar-se e à sua mãe.

PRECARIIDADE DOS VÍNCULOS LABORAIS

As entrevistas feitas durante a pesquisa permitiram evidenciar a fragilidade dos vínculos trabalhistas dos operários de edificações. A procura constante por empregos, o trabalho contratado por tempo determinado, os empregos conseguidos por intermédio das “gatas”, das agências e de falsas cooperativas são todas expressões dessa fragilidade. Destacam-se as redes de relações constituídas pelos trabalhadores como estratégia de apoio mútuo e de solidariedade.

A experiência de Otávio revela como eram as relações trabalhistas ao iniciar sua vida laboral, na década de 1950 e possibilita comparar com suas vivências mais recentes: *naquele tempo, a bem dizer, não era ruim: as firma dava prá gente cantina, dava alojamento, daí era bom. (...) O mais tempo que fiquei foi um ano⁸(...), acabava a obra e mandavam a gente embora; naqueles tempos não havia os direitos que tem hoje. Mas o aviso prévio a gente recebia direitinho.*

Na época em que começou a trabalhar na construção civil, Otávio era contratado pelo período que durasse a edificação (porém esse período não era superior a doze meses). Ao ser despedido, recebia suas verbas rescisórias segundo reza a legislação trabalhista apesar de “naqueles tempos não haver os direitos que há hoje”. Nos anos que antecederam o acidente que o tornou incapaz de trabalhar, o quadro descrito por Otávio é diferente, pois deixara de ser contratado por empresas e passou a sê-lo por empreiteiros: *pegava qualquer serviço, (...) acertava com o cliente. (...) lh, ainda existe muito empreiteiro. Trabalhei nessas obras da COHAB uma porção de tempo; tinha empreiteiro que era muito bom prá pagá, tinha outros que era ruim, dava o calote, não pagava ninguém. Daí eu ficava sem dinheiro... Ser contratado por empreiteiros permitia-lhe negociar com o tomador de seus serviços, possivelmente aumentando o seu valor.*

⁸ Isto é, o vínculo empregatício mais longo que teve durou um ano.

A despeito de dizer que *naquele tempo não era ruim* ao comparar com as últimas décadas, Otávio afirma que trabalhar por empreitada permanece como um modo de vencer na vida. A desvantagem, entretanto, é clara: correr o risco de não receber do empreiteiro.

Juarez explicitou a permanente necessidade de procurar trabalho vivida pelo operário de edificações. Procurar por anúncios em tapumes e paredes e saber de oportunidades – mesmo que fossem “bicos” – por meio de colegas eram estratégias empregadas por ele.

A gente [consegue empregos] pelas placa [com anúncios de empregos] nas parede⁹(...). Conseguia bicos com os colega mesmo (...); às veze o pessoal chamava pra fazê um trabalho nas cooperativa prá descarregá caminhão, qualquer mercadoria. (...) Construção mesmo, aqui no Rio, não consegui, venho procurando, procurando (...). Eu sou registrado nos CICs¹⁰, na Central [do Brasil], no Castelo, na General Justo (...).

Lá na Bahia [o trabalho] sempre foi sem carteira. (...) Em São Paulo eu tinha assinatura [em carteira de trabalho], não cheguei a pegar um trabalho com mais de três mês. (...) Só no Pará [teve emprego com mais de três meses de duração], foi firma mesmo (...). Pelo menos umas quatro assinaturas na carteira: uma indústria, uma companhia e duas construtora. Passei três anos [no Pará]. Depois voltei prá Bahia (...) e fiquei com o pessoal mesmo (...) em bico [na construção civil].

A trajetória de Juarez encontra vários paralelos com outros entrevistados: a migração para metrópoles em busca de melhores oportunidades de empregos, o início como ajudante, a tentativa de ascensão a profissional e o desemprego de longo prazo. Destaca-se em seu depoimento o fato de não ter trabalhado mais de três meses em

⁹ O entrevistado respondia à pergunta sobre como fez para ingressar na construção civil ao sair do trabalho rural.

¹⁰ Ele refere-se ao serviço da prefeitura de cadastro de oferta de empregos; há diversas sedes distribuídas na cidade do Rio de Janeiro.

¹³ Isto é, ele recebe menos do que deveria das verbas rescisórias.

cada empresa ao morar em São Paulo, apesar de ser “registrado em carteira” nessa época. Ou seja, ser um trabalhador “formal” não lhe garantiu empregos estáveis. No Rio de Janeiro, Juarez não conseguiu sequer empregar-se na construção civil, mesmo sendo cadastrado nas agências de emprego.

A trajetória de Juarez é caracterizada por vários tipos de vínculos empregatícios em diferentes estados e regiões brasileiras. Na Bahia, teve oportunidade de empregar-se informalmente; em São Paulo, pôde ser registrado, porém em contratações temporárias. Juarez conseguiu empregos com anotação em carteira, porém somente em outro estado (no Pará) e mudando de ramo de trabalho (*uma indústria, uma companhia e duas construtora*).

Conseguir um trabalho, mesmo que seja um “bico”, é valorizado pelos trabalhadores, embora o tipo de emprego que os operários perseguem ainda é o emprego nos moldes “antigos”, com anotação em carteira e todos os direitos trabalhistas e previdenciários. A fala de Daniel é representativa disso: *preferia trabalhar com carteira assinada; enquanto não aparece nada, vou continuando (...). geralmente, no Brasil, quando o camarada chega aos 30 anos, começa a ficar difícil para ele [conseguir emprego].* Há um sentimento de desilusão permeando suas palavras pela incapacidade de empregar-se estavelmente e por conseguir apenas ocupações precárias.

A prática de terceirização e a contratação de outras empresas pelas terceirizadas é descrita por Alexandre. Segundo seu depoimento, a FIOCRUZ contratou uma construtora para prestar determinados serviços; para Alexandre, essa empresa comporta-se qual uma “gata”. Além disso, a construtora contratou a mão-de-obra de uma cooperativa de operários da construção civil.

A obra aqui dura ainda seis meses (...). Isso aqui [o contrato de trabalho] é contrato que eles fizeram pra três meses, aí se eles quiserem renová, renova, se não quiserem, manda a gente embora. Isso aí não é uma firma, é uma gata.[Alexandre refere-se à empresa contratada pela FIOCRUZ na ocasião para fazer as obras da EPSJV; essa empresa terceirizou a mão-de-obra temporariamente para uma cooperativa de operários da construção civil]. Sabe o que é gata? [Na] gata a pessoa põe a gente pra trabalhá, contrata [por] três meses, não assina a carteira, põe um carimbo lá; passou os três meses e te mandam embora. (...) Quando tiver faltando dois dias, três dias pra completar três meses, te mandam embora pra não te dá o aviso (...). Aí não tem também o fundo de garantia; cinqüenta por cento do fundo de garantia que a gente recebe, a gente não recebe todo¹³. Perde tudo, não tem vantagem nenhuma (...).

Alexandre, um trabalhador da construção com muitos anos de vida laboral, vê-se obrigado a submeter-se a um suposto contrato de experiência, findo o qual poderia ser dispensado facilmente se assim desejasse a empresa contratante¹⁴. Alexandre demonstra perceber que as relações entre trabalhador e empresa muitas vezes são ilegais e que, apesar disso, ainda deve submeter-se a esse sistema. Além disso, Alexandre vive e sofre a “dinâmica” do mercado de trabalho na construção civil pelo intermédio das “gatas”. Entrementes, apesar de ser um trabalhador à margem do “estatuto do trabalho” (por não ter registro em carteira), ao citar o “fundo de garantia” e o “aviso prévio”, Alexandre permanece pensando a partir do referencial da CLT, como se ainda fosse trabalhador celetista.

Carlos relata trabalhar por uma agência de mão-de-obra, isto é, a construtora contratada pela FIOCRUZ também “terceirizou” a mão-de-obra por meio de operários contratados pela agência. O operário, apesar de “ter seus direitos”, mostra-se inseguro

¹⁴ De fato, ao retornar ao canteiro de obras algumas semanas mais tarde para continuar as entrevistas, soube que Alexandre fora “despedido”, isto é, a construtora que contratou os operários da cooperativa de trabalhadores da construção civil “dispensou-os”.

em relação a seu futuro: [na obra da EPSJV] *não sou cooperado, não. Tô pela agência (...), tenho carteira assinada, tenho meus direito, tudo (...); tenho contrato de 90 dias. [Ao terminar o contrato temporário] só deus sabe se vou continuá ou se vai me dispensá. [Se não renovar o contrato] vou correr atrás de agência (...), o primeiro que aparecê eu vou pegá (...), na construção ou no que aparecê(...), a idade deixa meio difícil, na construção é mais fácil* [conseguir emprego com a idade que tem]. Ao lado do otimismo motivado pelos “direitos”, Carlos reconhece que só poderá contar com eles pelo exíguo prazo de 90 dias, findo o qual “só deus sabe” o que será de sua vida.

As empresas recorrem às falsas cooperativas¹⁵ para poderem “manobrar” facilmente a mão-de-obra, ficando desimpedidas de cumprirem as obrigações mínimas estabelecidas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Desse modo, fica mais claro que esse tipo de cooperativa visto durante a pesquisa serve como uma outra forma de estabelecimento de vínculos empregatícios precários, porém escamoteados sob um véu de legalidade.

A participação das cooperativas no mundo da construção civil, apesar de estabelecida, permanece sem ser incorporada definitivamente pelos operários, que ainda têm como referência as relações formais regidas pela CLT, como bem mostra Paulo. Para ele, seria importante ter os direitos trabalhistas do operário contratado regularmente.

Há alguns anos, a construção civil não tinha cooperativas (...), você entrava numa obra e tinha a carteira assinada, legalizada, agora a gente trabalha lá e não tem os seus direitos. (...) Aqui [na cooperativa pela qual conseguiu o trabalho na EPSJV] não é ruim, daqui que eu tiro meu sustento, mas se fosse registrado ia ser melhor.

¹⁵ A alusão às cooperativas nesta pesquisa refere-se à situação específica da construção civil. Não pretendo fazer uma generalização ingênua e injusta, confundindo cooperativas de trabalhadores, avanços verdadeiros da chamada economia solidária, com a forma de exploração da mão-de-obra descrita nesta dissertação.

O seguinte depoimento de Flávio é um bom exemplo de como se dão as relações entre trabalhadores-cooperativa-construtora: *Sempre tem um período bom e período ruim, mas pra mim sempre foi bom* [sobre emprego e trabalho na construção civil]. *O salário sempre atrasa um pouco (...); toda vida eu tenho uma reservazinha pra me garanti um pouco. [Trabalhar] com cooperativa é bem melhor* [do que trabalhar como empregado], *ganha mais, o salário rende mais um pouco (...).*

Trabalhadores do mesmo ramo mas cooperados por instituições distintas descortinam realidades diferentes – e que podem se dar simultaneamente no mesmo local – como nos revela a fala de Dante. Seu relato mostra aspectos positivos da cooperativa: o correspondente a férias remuneradas e ao décimo-terceiro salário, além do recolhimento da contribuição para o INSS (única prática obrigatória das cooperativas dentre os “benefícios” citados por Dante). Outra “vantagem” do trabalho cooperado seria o recebimento dos salários em data fixa, motivo, aliás, que é o mais importante para Dante: *Aqui na cooperativa (...) você tem décimo-terceiro [salário], só não tem o auxílio-desemprego e o fundo de garantia [por tempo de serviço], as outras leis trabalhistas você tem, as férias remuneradas e o décimo-terceiro, apesar de não ser carteira assinada, (...) o resto acho que a gente tem tudo. Se ficá doente, você tem o INPS, porque a cooperativa paga o INPS, mas, como eu te falei, só não tem a carteira assinada (...).Aqui eu recebo vinte e sete, trinta [reais por dia trabalhado], mas é certo, todo mês tô recebendo. Aqui eu não negocio o meu salário, mas pelo menos ele é certo no fim do mês.* Novamente, o trabalhador cooperado ainda raciocina como se pertencesse àquele grupo de trabalhadores formalmente registrados. Ao dizer que “as outras leis trabalhistas você tem”, Dante mostra não compreender que sua situação não é mais de assalariado, mas de alguém em situação diversa. As “outras leis trabalhistas” são, na verdade, parte do acordo da cooperativa com seus associados; não se trata de

leis trabalhistas, garantindo direitos de saúde e previdência obrigatórios ao trabalhador, são concessões dadas ao operário.

De outro modo, Dante explica que, apesar de ter uma vida estável, poderia ganhar mais se trabalhasse como empreiteiro, mesmo sabendo que perderia algumas vantagens oferecidas por sua cooperativa.

A vantagem do empreiteiro é que com ele eu posso negociá o meu salário, (...) com certeza eu tava ganhando cinquenta reais, sessenta por dia. Mas [o problema é que] pode acabá. Pode ficá ruim pra ele, pode não consegui empreitá nada ou levá tempo prá levá aquilo e ficá parado, essa é a desvantagem.

Aliás, em outro momento de sua entrevista, Dante falou sobre as redes de relação, um aspecto importante para o operário da construção civil que não trabalha vinculado a alguma empresa ou instituição de modo regular.

Eu fiquei bastante tempo [trabalhando por conta própria], um ano, por aí. Como eu tinha muitos amigos trabalhando assim, eu trabalhava através deles; empreiteiros que já tava na obra, então eu não tinha muita dificuldade de ficá correndo atrás de serviço não. Através desses amigos eu conseguia me engajar em qualquer apartamento. Eram empreiteiros que pegavam pintura, serviço de pedreiro, eletricista. Essas pessoas que trabalham de empreiteiros, eles têm uma equipe, eles têm pedreiro, pintor, eletricista... Então quando ele empreita uma coisa prá você, ele tem tudo (...) mas não é registrado.

O drama da descrição de trabalhador autônomo feito por Dante descreveu como as redes de relação permitem essa categoria de operário continuar a viver. A partir de uma “malha” de conhecidos, o trabalhador consegue tarefas para realizar, isto é, ele é contratado para fazer empreitadas reguladas pelo trabalho informal mas que rompem o isolamento desse operário por conta própria.

No mesmo sentido da fala de Dante, sobre as redes de relação, está a de Ciro: *Uns dias depois entrei na cooperativa, eu tinha um conhecimento, a esposa de um amigo me colocou. Não demorou muito já consegui trabalho [pela cooperativa].*

Ouvi de alguns trabalhadores comentários sobre como fazem para conseguir empreitadas ou “bicos” a partir de conhecimentos que terceiros têm de suas capacidades profissionais, exemplificando novamente as estratégias usadas para ganhar a vida.

Tenho fama de bom pedreiro (...); [faço] armação, estribo; a laje é pra contratá mais pessoas pra me ajudá (Ivo). Em outras palavras, quando não está oferecendo seus serviços regularmente em uma edificação, o operário sobrevive às custas de sua “fama de bom pedreiro”, esperando que seu nome seja lembrado pelos clientes que necessitam de pequenos serviços e os empregam informalmente, havendo o pagamento do serviço sem haver contribuição ao INSS ou ao FGTS. De outra forma, alguns trabalhadores tentam sobreviver “expandindo seus horizontes profissionais”, e sua atuação deixa de ser exclusivamente no ramo da construção civil e passa a envolver também toda sorte de “bico” que porventura lhe seja proposto.

Se as redes de relação podem ajudar o trabalhador por conta própria a sair do isolamento laboral, é lícito perguntar o que acontece ao trabalhador que não tem contatos profissionais. Fausto oferece uma resposta e é claro ao dizer que não consegue algum trabalho devido às “panelinhas” das quais não participa, ou seja, permanece desempregado por não ter contatos que lhe indiquem serviços. No entanto, outra resposta mais comum é o desemprego e o tom das respostas, mais dramático de ser conhecido.

Sobrevivi com o pequeno salário da minha esposa, ela trabalha de doméstica, isso segurou [quando estive desempregado em 2004]. Aqui ninguém me ajudou nessa parte (Paulo).

Paulo queixa-se de ter permanecido sem ocupação rentável durante aproximadamente dois meses, tendo dois filhos para sustentar e sendo sustentado apenas pelo trabalho da esposa. Como se vê, é difícil a vida daqueles que não pertencem a alguma “panelinha”.

GIRANDO COMO UM PIÃO

Como comentei acima, o apelido dos operários da construção civil – peão – revela uma característica importante do setor: a rotatividade de empregos. Apesar de mudarem de emprego constantemente, como se fossem o brinquedo que lhes dá o nome, a elevada rotatividade vivida pelos trabalhadores não se traduz em queixa explícita. Ademais, eles não consideraram o fato de permanecerem tanto tempo procurando emprego um aspecto negativo nem sequer perceberam como sendo um traço constitutivo da construção civil. A rotatividade guarda relação com os trabalhos “autônomos”, “por conta própria”, formas muito comuns de trabalho na construção civil; em termos mais coloquiais (e mais próximos do linguajar dos próprios trabalhadores), essa atividade “autônoma” é o “bico”.

Fausto disse-me ter trabalhado em várias empresas com “fichas” durante um período em que morou em São Paulo. No Rio de Janeiro teve a mesma vida de vários empregos de curta duração por ano, ocorrendo a “contratação” muitas vezes por intermédio das “gatas”. Fausto disse que é *errado mas favorece o desempregado*, quiçá sem se dar conta do quanto esse sistema deixa-lhe vulnerável.

Otávio, além de trabalhar para empreiteiros (como visto antes), Otávio também era “tarefeiro”. Nesse sistema, acertava com o seu cliente o valor de uma tarefa específica, como pegar massa e pegar tijolo: *na construção civil trabalhava de tarefeiro*,

trabalhava por hora.(...) Trabalhá de tarefeiro é pegá de empreita, né? (...) Pegava o monte de tijolo, pegava massa por metro, acertava com o cliente. (...)

Paulo, um trabalhador mais qualificado e que lamenta a sua história ocupacional a ponto de não reconhecer como profissão e não desejar para os filhos o seu trabalho. *Eu queria que eles se formassem em alguma coisa (...) reconhecida. Já cheguei em alguma repartição e perguntaram profissão, eu respondia 'armador', perguntavam 'o que que é isso?'. (...) [A função de armador] é uma profissão apagada. (...) O meu sonho era (...) fazer alguma coisa reconhecida. Eu queria ser operador de máquina pesada...*

NÃO HÁ VAGAS

Alta rotatividade de empregos e desemprego recorrente são faces interligadas intimamente da vulnerabilidade do operário de edificações. Ao terminar um serviço ou uma obra, e enquanto procura uma ocupação, o operário permanece desempregado. Aqueles que vivenciam essa dura realidade oferecem uma perspectiva única sobre o assunto, como fez Luciano. *Trabalhei em todas essas empresas [aponta para a carteira] mas sempre dois meses, três meses, quatro meses. (...) Antes, na fundação dum prédio, dava pra ficá até um ano, hoje não dá mais. (...) Trabalho na obra há vinte e poucos anos (...). Faço dois meses trabalhando e fico quatro, cinco meses parado. (...) A construção civil [nos últimos 15 a 20 anos] acabou! Aquela obra que tão fazendo, a limpiada¹⁶ não dá prá todo mundo (...) e ali ninguém assina carteira, com 45 dias manda o cara embora, não tem mais tempo de casa; a construção civil acabou. (...) É o que eu tava pensando, procurar um trabalho de temporário aqui e depois procurá trabalho fora do Rio.*

¹⁶ O entrevistado refere-se à construção da vila da Olimpíada Pan-Americana, no Rio de Janeiro, prevista para 2007.

Luciano revela que sua permanência nas empresas é sempre curta, de até quatro meses; entre dois empregos chega a estar desempregado por até cinco meses. Quando começou a trabalhar na construção civil, era possível ser contratado por até um ano, auxiliando a fundação do imóvel. Atualmente, no entanto, já não é mais possível permanecer contratado por esse período. Além disso, as obras que existem não comportam toda a mão-de-obra disponível, mesmo as obras de grande porte. Aliás, de acordo com Luciano, inclusive nas grandes obras os operários são contratados sem anotação em carteira de trabalho.

Permanecer sem trabalho, donde sem fonte de renda, faz alguns operários assumirem posturas dramáticas. Daniel, após morar vários meses debaixo das marquises dos prédios do centro do Rio de Janeiro, afirmou: *meus planos pro futuro são conseguir um emprego de carteira assinada, é uma segurança pra mim (...). Pode ser qualquer coisa, construção civil, supermercado, qualquer coisa, só quero carteira assinada, é uma garantia (...)*. Para Daniel, importa ter um emprego formal, que lhe dê *garantias* contra o desemprego e a eventual procura infrutífera por empregos.

MARTELADA NO DEDO NÃO É ACIDENTE

Apesar dos alarmantes indicadores de acidentes de trabalho vistos na construção civil, deve-se atentar para o fato de os trabalhadores entrevistados, de modo geral, negarem a ocorrência de acidentes de trabalho e preferirem não comentar longamente a respeito do assunto. Alexandre, por exemplo, é categórico em afirmar que “nunca me machuquei” em obras. Carlos disse que *nunca tive acidente no trabalho nem na construção. Martelá dedo já perdi a conta. Mas esses negócio de médico, nunca precisei*. Da mesma forma como Alexandre, Carlos não se ateu ao assunto e preferiu mudar o rumo da entrevista rapidamente.

De todos os entrevistados, poucos relacionaram doenças ao trabalho ou reconheceram ter sofrido acidentes durante o expediente. Talvez não coincidentemente, dois eram trabalhadores em situação de vulnerabilidade extrema – ex-moradores de rua. Fernando comenta longamente sobre um acidente que sofreu anos antes e causou-lhe problemas que se manifestam até hoje, inclusive com o seu afastamento do mercado de trabalho. Ao falar desse acidente, sugeriu-me que foi esse fato um dos motivos que o levaram a morar nas ruas. *Eu tive um pequeno acidente depois que saí de Itaipu, foi um acidente de coluna; eu tava aplicando uma estrutura em um andaime com muitas pessoas e esse andaime quebrou. Eu fiquei me tratando mais ou menos um ano (...); tava baixo, dez metros. (...) Existe um momento na obra que não existe espaço pra usá cinto [de segurança], existem serviços que não deixam usar o cinto de segurança (...); o senhor tem um prazo prá entregar o serviço.* As condições de trabalho na construção civil tornam-se claras com o depoimento de Fernando: a falta de segurança nas obras, a pressão para terminar os serviços, mesmo que a obra seja acabada ao custo de acidentes de trabalho. A sua fala também sugere a incorporação da naturalização do risco no interior do canteiro de obras: Fernando classifica esse acidente de “pequeno”, uma queda “baixa” mas que o obrigou a tratar-se por “mais ou menos um ano” e teria feito permanecer afastado do mercado de trabalho até hoje.

Fernando comentou sobre acidentes de trabalho que presenciou em edificações e que acometeram outros trabalhadores: *Via muitos acidentes [nas obras da Barra da Tijuca], (...) por falta de segurança; alguns prédios ficaram parados muitos anos e retomaram, mas fizeram a revisão da estrutura (...). Na hora de socorrer [os funcionários acidentados] a administração¹⁷ não queria a gente participasse e a gente logo via onde tava o erro, ia chegar a segurança do trabalho e ia perguntá o que aconteceu (...).* A ocorrência de acidentes era um fato comum no cotidiano de Fernando

¹⁷ “A engenharia, o mestre.”

nas obras da Barra da Tijuca. De acordo com ele, havia prédios cujas obras foram interrompidas por problemas de segurança, e apenas depois de resolvidos esses problemas foi possível continuar a erguer os imóveis. Nos momentos em que aconteciam acidentes, os operários eram mantidos afastados de seus colegas acidentados para evitar a identificação das falhas que levaram aos acidentes por parte dos próprios trabalhadores e de técnicos de segurança no trabalho.

A consciência de Fernando a respeito de questões importantes na construção civil permeou toda a conversa. Nesse trecho, ele falou explicitamente sobre como as construtoras lidavam com os acidentes de trabalho mais graves, relacionados à falta de segurança nas obras; importa perceber que os trabalhadores presentes nos acidentes eram tornados cúmplices das construtoras ao serem mantidos afastados do local dos acidentes.

William foi o outro trabalhador que falou sobre acidentes de trabalho; sua situação pessoal era dramática – morou muitos meses nas ruas e, quando foi entrevistado, estava em uma hospedaria popular no bairro Glória. Disse ele que *já tive um acidente* [enquanto trabalhava na construção civil], *sofri um acidente, pegô no rosto (...) cheguei todo deformado no hospital (...) e o dotô Marcelo me curô (...)*. De acordo com William, esse acidente trouxe-lhe muitos transtornos, principalmente para “o psicológico”. Além desse acidente, William relata sentir dores lombares frequentemente: *tenho problema de saúde, tenho problema na coluna (...), tenho que pagá remédio mas tô na luta, tô sobrevivendo*. Como fica evidente nessa fala de William, a dorsalgia que o acomete é um incômodo importante em sua vida, apenas parcialmente resolvido e que permanece existindo em função de suas estratégias de sobrevivência (trabalho braçal). Paradoxalmente, o mesmo trabalho que está relacionado à gênese de sua dor provê o dinheiro para pagar o tratamento medicamentoso da lombalgia. Ademais, o processo de cura descrito por William tem sido longo e difícil, por depender do serviço de saúde

público; ao falar sobre o acidente, a expressão de William ficou visivelmente emocionada.

O que Luciano disse mostra que o diagnóstico de doenças profissionais entre os trabalhadores da construção civil depende freqüentemente do vínculo do trabalhador ser formal e a empresa contratante observar o que dita a legislação trabalhista. Aliás, Luciano foi um dos poucos entrevistados que mencionou ter feito algum exame ocupacional complementar ao longo de sua vida laboral, a audiometria tonal,: [fazer o exame] *comum não é, só é chato aqueles aparelho (...). Aquele resultado não dá sempre normal, dá alterado (...). O médico do INSS disse prá mim que eu tenho que trabalhá (...).* A realização da audiometria deve ser feita nos funcionários expostos continuamente a níveis de ruídos elevados, como os carpinteiros (caso de Luciano). No entanto, apenas os operários contratados formalmente devem realizar o exame, em virtude de a CLT obrigar as empresas a controlar a saúde ocupacional de seus empregados. Porém os trabalhadores expostos aos níveis de ruído elevados mas sem contrato formal não se submetem ao monitoramento de agravos à saúde relacionados ao trabalho. Talvez o relato que Luciano faz do “resultado que não dá sempre normal” corresponda à perda auditiva relacionada à exposição ao ruído nos ambiente de trabalho em empresas sem a preocupação com a saúde de seus empregados. A alusão ao perito médico do INSS mostra que Luciano já procurou auxílio previdenciário, quiçá considerando aposentar-se por hipoacusia, mas sem obter êxito, provavelmente por não preencher os critérios adotados pelo INSS para a concessão de benefício ao trabalhador.

Ao longo da entrevista, Frederico negou ter sofrido qualquer acidente de trabalho na construção civil; entretanto, comentou longamente sobre doenças relacionadas ao trabalho como pedreiro e que lhe afetaram seriamente a visão. *Sempre trabalhei na construção civil, desde os nove, dez anos. (...). Eu trabalhava em São Paulo; naquela*

época, a cal não vinha queimada (...). A gente jogava a cal num buraco no chão e jogava água e mexia com a enxada. De tanto trabalhar com enxada, ofendi minha vista. A fumaça prejudicou a minha vista. Trabalhei nove anos e oito mês, depois não agüentei mais por causa da vista. Fiz raspagem [na córnea] por causa da cal. (...). Depois arranjaram pra mim, aprendi a profissão de bombeiro eletricista. Durante a nossa conversa, Frederico comentou algumas vezes que não conseguia enxergar-me perfeitamente; em determinados momentos, indagou-me para onde eu olhava, por não ser capaz de ver-me nitidamente.

De fato, segundo o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde, do Ministério da Saúde (2001), a cal provoca ceratite que pode ser considerada doença relacionada ao trabalho, de acordo com a portaria 1339/99, do Ministério da Saúde.

A vulnerabilidade dos operários de edificações não termina ao deixarem o canteiro de obras como forma de venderem a sua força de trabalho. Como os casos anteriores mostram, as conseqüências de problemas para a saúde perseguem-nos durante toda a vida, modificando os rumos tomados pelos operários. Para Frederico, a oftalmopatia relacionada à cal obrigou-o a mudar de profissão, e ele pôde desempenhar suas novas funções sem piorar sua doença durante o resto de sua vida laboral. Porém, nenhum direito trabalhista ou previdenciário lhe assistiu em função dos danos causados à sua saúde devido ao trabalho. Durante o tempo em que trabalhei como médico no setor da construção civil presenciei algumas vezes as condições de trabalho que Frederico me descreveu, inclusive a ausência de equipamentos de proteção coletiva e individual.

Essa forma de encarar as doenças, os riscos ocupacionais e os acidentes de trabalho, ou, em outras palavras, as situações que põe a integridade física em perigo, parece ser peculiar aos trabalhadores da construção civil e refletiria a internalização do que se denominou “ideologia defensiva” (DEJOURS, 2003). Ao evitar falar sobre

doenças, acidentes e riscos ocupacionais, os trabalhadores procurariam afastar o medo de enfrentar a realidade cotidiana e, dessa forma, controlar a ansiedade gerada pela sua consciência.

Por outro lado, justamente por enfrentarem um cotidiano em que há riscos constantes e ubíquos, é possível questionar se não haveria uma “naturalização” ou uma banalização dos riscos, das doenças e dos acidentes no ambiente de trabalho e, portanto, uma diminuição da importância dessa realidade. Essa naturalização fica mais clara ao se contrapor a fala dos trabalhadores e os dados estatísticos sobre acidentes de trabalho na construção civil.

Os acidentes de trabalho fatais apresentam outras dimensões pouco exploradas, embora assumam contornos dramáticos para os familiares que sobrevivem ao acidentado. Os relatos do texto de Mangas (2003) mostram o grau de vulnerabilidade a que ficam expostas as famílias dos operários da construção civil. Geralmente as esposas tomam conhecimento do falecimento de seus maridos muitas horas após o acidente e quase sempre a notícia é dada por terceiros, ao invés de sê-lo pela empresa contratante. As famílias caem no anonimato apesar de mortes noticiadas nos meios de comunicação e tornam-se “órfãs” do chefe da família, comumente o mantenedor do lar. As empresas esquivam-se de suas responsabilidades em vários aspectos, como a descaracterização do local do acidente e a negação de obrigações salariais ou mesmo humanitárias para com a família sobrevivente. O descaso das empresas torna a reivindicação por direitos previdenciários impossível, e famílias vêm-se perdidas em romarias pelos descaminhos das vias judiciais. As empresas que oferecem algum auxílio, fazem-no oferecendo o mínimo pelo menor tempo possível, não ultrapassando o fornecimento de cesta básica. A atitude das empresas também obriga as famílias a criarem estratégias de sobrevivência nem sempre exitosas mas certamente muito sofridas. O abandono material acompanha-se da dor e sofrimento do ente querido por

pais, esposas e filhos. Abandono dos estudos, entrada precoce no mundo do trabalho, o distanciamento dos filhos que são criados por parentes são algumas conseqüências vivenciadas por essas pessoas.

Junto dos vínculos precários, esse elevado índice de acidentes de trabalho reflete as más condições do ambiente laboral. Nos canteiros, o ambiente insalubre e perigoso, o desrespeito às normas de segurança permitida pelas empresas, a cobrança pelo término do serviço, são todos elementos de vulnerabilidade do dia a dia do operário de edificações. A obrigação de usar EPI – nem sempre respeitada – aparece como uma das poucas condutas voltadas a tornar o ambiente de trabalho mais saudável e seguro sobre as quais os trabalhadores são orientados. Nesse momento a naturalização do risco pelo operariado e a “ideologia defensiva” desempenham papel importante ao permitir-lhes enfrentar os canteiros de obras insalubres e perigosos.

Luciano comentou sobre a postura de várias empresas a respeito de proteger a saúde auditiva do operário: *tem que usar [equipamento de proteção individual] mas às vezes a gente não usa porque depende do pessoal em volta da parte administrativa (...). O próprio empresário tem que dar o próprio equipamento para os funcionários. (...).* De fato, o empresário deve fornecer o EPI a seus trabalhadores como parte das estratégias para prevenir doenças ocupacionais. Apesar disso, muitas construtoras ignoram os riscos à saúde de seus empregados e não fornecem protetores auriculares.

Para Juarez, o uso de EPI aparenta ser meramente um meio de se evitar cobranças provenientes da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes): *usava sempre [EPI]. A empresa dava. Em São Paulo, nas empresas que trabalhei (...) tem que tê, quem não tem não trabalha. Diz que tem um tal de segurança de CIPA que ele tá sempre na área, tem que tê. Não sei o que significa essa palavra (CIPA). (...) Então, o que acontece? Tem que usá sempre capacete, vai que cai um tijolo e quebra a cabeça? Usava tudo, capacete, óculos, aquelas botas de pneu (...). De sandália ninguém*

trabalhava, não pode. Na Bahia, o engenheiro comprava as bota, ele ia lá e dava prá gente. Apesar das restrições que se possa ter sobre a CIPA, Juarez não chega a reconhecer a necessidade de empregar as medidas propostas pela comissão. Inclusive, para ele, não há clareza sobre o significado da sigla “CIPA”.

Contrastando com o que me disse Juarez, estão as falas de Alexandre e de Fernando. Ambos têm consciência dos riscos presentes em uma edificação embora lidem cada um a seu modo com eles, por diferentes razões.

Eu quando vejo que vô sofrê perigo (...) não subo de jeito nenhum, a não ser que me dê um cinto de segurança prá eu podê ir, se não, não vô de jeito nenhum. (...) A gente tá trabalhando ali, amarrando, com uma taubuinha dessa largurinha assim [mostra uma distância com as mãos], amarrado, isso não pode existir, pode existir? (...) Tem dois cintos pros cara trabalhá, mas não tem condição de o cara pôr um andaime e a gente trabalhá amarrado. Para Alexandre há riscos da construção aos quais não deve se expor; ao invés disso, deveria haver condições no ambiente de trabalho para a execução das tarefas em segurança. Fernando, no entanto, pensa diferentemente: existe um momento na obra que não existe espaço pra usá cinto [de segurança], existem serviços que não deixam usar o cinto de segurança (...); o senhor tem um prazo prá entregar o serviço. Fernando introjetou a necessidade de produzir mesmo que para isso dispense o uso dos EPI para proteger sua vida.

Ao mesmo tempo, é comum as empresas recorrerem às horas-extras para acelerar o andamento das obras, aproveitando-se da necessidade de aumentar a renda familiar dos trabalhadores, como bem descreve Carlos: *hora-extra (...) é muito comum. (...) Quando tá precisando de um dinheirinho extra, faz hora-extra. [Em outras empresas] era quase todo dia, uma hora. Hora-extra não é obrigado, não, (...) mas favorece a gente. Flávio acrescenta um dado interessante: Já trabalhei em empresa que fazia muita hora extra (...), pegava sete da manhã, almoçava e ia até meia-noite. Assim,*

o operário adiciona à sua cansativa jornada de oito horas, mais algumas, à noite e em ambientes insalubres e perigosos, criando condições para a ocorrência de acidentes no trabalho com a conivência das empresas. Ademais, existe a chamada “virada”, isto é, o trabalho na obra por até 24 horas seguidas e que é praticada em momentos de grande premência no processo de edificação.

VIVENDO NO LIMITE

Alguns trabalhadores encontram-se, durante certos momentos de suas vidas, em situações extremas que podem conduzi-los não apenas para a “zona de desfiliação”, devido a condições de trabalho e a falta de laços relacionais, mas também para uma vida de ilegalidade e de crime. Entrevistei dois operários capazes de mostrar essas realidades de modo surpreendente.

Paulo é o primeiro desses operários que vivenciaram situações extremas. Trabalhador cooperado nas obras da EPSJV, nascido “no interior”, mudou-se para a Baixada Fluminense, em busca de melhores condições de vida: *aqui as coisas são mais apertada mas tem mais condição de viver*. Apesar dessa perspectiva positiva sobre a mudança, considera violenta a região onde mora.

Além de ter essa opinião contraditória sobre sua “nova vida”, Paulo demonstra seu descontentamento ao falar de como enfrentou um recente período desempregado: *sobrevivi com o pequeno salário da minha esposa, ela trabalha de doméstica, isso segurou (...); aqui ninguém me ajudou nessa parte*. Atualmente, ao enfrentar problemas financeiros, procura auxílio com amigos ou na igreja que frequenta (Assembléia de Deus). Nesse momento podemos ter uma idéia clara da vulnerabilidade e do extremo da situação em que vive Paulo: *de repente, se eu não fosse da igreja eu taria fazendo a vontade do tráfico*. As necessidades por que Paulo e sua família passam são tão

grandes que apenas uma forte orientação moral é capaz de impedir-lhe procurar o sustento em meio a fontes ilícitas.

Um outro entrevistado que ilustra como o trabalhador precarizado pode ter contato com o crime é *Ciro*, um rapaz de apenas 25 anos. Ao contrário de *Paulo*, que cita “a vontade do tráfico” após o início de sua vida profissional, *Ciro* é o sujeito de uma trajetória diferente. Ele começou sua vida profissional participando do narcotráfico porque *quando era mais jovem achava que era mais fácil começar roubando, traficando; tive que metê a mão na maconha e na cocaína, entrei no tráfico*. Justifica sua decisão a partir da necessidade de se sustentar, uma vez fora da residência da mãe: *não cheguei a ficar nas ruas (...); fiquei na casa de amigos mas só uns dias (...), eu não gosto de ficar me abrindo com os outros (...)*.

Entretantes, aos 19 anos *Ciro* foi preso duas vezes seguidas; na segunda oportunidade, permaneceu recluso durante 4 anos, até ser libertado com 23 anos. Tendo permanecido um período desempregado, uma tia de *Ciro* conseguiu-lhe uma ocupação dentro de uma empresa de construção civil, onde trabalhou durante nove meses. *Fiquei um mês e pouco com carteira assinada, saí por causa (...) de psicológico abalado, briguei com a mãe do meu filho (...). Uns dias depois entrei na cooperativa, eu tinha um conhecimento, a esposa de um amigo me colocou. Não demorou muito já consegui trabalho [pela cooperativa]*.

Ao mesmo tempo em que é possível considerar que a trajetória de *Ciro* teve um desenlace favorável, ela mostra como é grande e abrangente em múltiplos sentidos a vulnerabilidade dos trabalhadores que vivem em condições semelhantes: trabalhar na construção civil ou ingressar as fileiras do narcotráfico. As escolhas de *Ciro* conduziram-no “apenas” à prisão antes de preferir um emprego em edificações; o seu destino poderia ter sido igual ao de outros muitos jovens cujas histórias de vida e de trabalho encerram-se nas capas dos tablóides. Se, no entanto, as escolhas de *Ciro* fossem no

sentido de persistir a envolver-se de algum modo com drogas ilícitas, seu destino poderia ter sido diferente.

LAÇOS FAMILIARES

A fragilização dos laços familiares é fator determinante da vida nas ruas ou em instituições assistenciais para os trabalhadores de edificações. O rompimento das relações com parentes foi uma situação descrita freqüentemente pelos entrevistados que chegaram a morar nas ruas ou estavam asilados na FLT. No entanto, aqueles trabalhadores com quem conversei nas obras da EPSJV mostravam, de modo geral, vínculos familiares fortes.

As situações mais dramáticas eram as dos moradores da sede de Campo Grande da FLT. Alguns, como Frederico e Sérgio, estão há tempos sem contato com os familiares, e não estão completamente abandonados na velhice apenas pelo fato de residirem na FLT, organização que lhes ampara. Frederico perdeu sua parentela quando seu avô faleceu: *Eu sou sozinho, não tenho parentes. A idade que eu tinha quando deixei o velho que me criou, que eu chamo de pai, que é meu avô, a idade que ele tinha é a idade que eu tenho agora (...), é oitenta¹⁹, e morreu.*

Sérgio discute mais longamente sobre sua família e as opções que fez em vida. *Eu não tenho família nenhuma, sou de Minas Gerais, de Santa Luzia de Carangola. Vim de lá com 17 anos. Meu irmão, que morava aqui no Rio [de Janeiro], foi lá me buscar prá servir o exército. Morava com ele [seu irmão] atrás da Central do Brasil, em um quarto, trabalhava em um restaurante. Minha família é tudo de Minas. (...) Minha mãe nem conheci; meu pai, era funcionário da Leopoldina, morreu quando eu tinha 10 anos. (...) Eu fui prá casa do meu avô, fui trabalhá na roça. Fiz isso até a idade que eu vim prá*

¹⁹ Frederico disse antes ter 76 anos.

cá, quando meu irmão foi me buscá. (...) Meu irmão morreu, fiquei mais desesperado, não tinha ninguém. (...) Nunca procurei ter esposa prá não ter problema, a vida que eu levo, depois deixá a patroa em mau situação, preferi não casá. Sua vida acabou em um conjunto de desencontros e de rupturas familiares a ponto de ele mesmo rejeitar qualquer laço afetivo permanente. Sérgio aparentava ter problemas mentais, o que faz considerar a importância dessas questões nos rumos que sua vida tomou.

A história de Otávio é um pouco diferente das precedentes, ela é caracterizada pelo desejo de manter e estreitar os laços familiares: *tenho família lá [em Minas Gerais], vou voltar a morar com eles.* [Ficou muito tempo longe da família] *porque eu fui acidentado. Meus irmão não têm condição, ia ficá dando trabalho prá eles, (...) eles moram na roça.*

Os casos de Frederico, Otávio e Sérgio representam um determinado extremo de vulnerabilidade do trabalhador da construção civil. Sem inserção na comunidade e sem família, seus destinos encerram-se em uma instituição de assistência social para idosos desvalidos. Em outras palavras, os três participam da “zona de assistência”, discutida anteriormente.

O caso de Fausto, no entanto, apesar de também ser extremo, apresenta características diferentes de “desinserção” familiar e relacional. Casou-se duas vezes; o primeiro teria acabado por *causa da bebida* o segundo, *por problemas com a sogra*. A partir do término do segundo relacionamento, em 2003, teve uma *fase de apagamento*, da qual, como ele mesmo sugere, não se recorda muito bem, mas sabe que esteve morando nas ruas durante esse período.

Fausto, após dois relacionamentos duradouros terminados supostamente devido ao etilismo, foi morar nas ruas e sua vulnerabilidade passou a ser completa, tornou-se um excluído social. O caso de Fernando é diferente; seu processo de desfiliação parece ser decorrente fundamentalmente da condição de desempregado: *a questão de eu estar*

na rua é por causa do desemprego, da crise (...). A questão da família (...) é que cada um foi se formando, se casando e cuidando da vida. Se eu for contar com a ajuda dos membros da minha família eles não vão poder me ajudar; o desemprego é grande. Um está empregado, outro é pastor de igreja (...). Seu relacionamento com a família aparenta ser bom, mas ele preferiria morar nas ruas a tornar-se um fardo para eles em virtude de estar desempregado.

Conquanto, de modo geral, maior vulnerabilidade para o trabalhador da construção civil relaciona-se com a falta de vínculos familiares, William é um ex-morador de ruas que sugere ter forte inserção relacional, apesar de seu início de vida atribulado. *Perdi meu pai com nove anos, meu pai era bancário (...) em Belém. Minha mãe arranhou um cara que era alcóolico (...) e comecei a ser esculachado. Com 16 anos resolvi seguir em frente (...), arranhei família (...), já tinha aprendido alguma coisa [da construção civil] e fui trabalhá.. Tô querendo crescer na vida, não queria moradia nem nada, queria trabalho (...) pra voltar pra lá [Belém do Pará].* William afirmou tentar economizar dinheiro suficiente para voltar a Belém e proporcionar uma vida com mais comodidade para sua mãe, esposa e filhos. Para isso, trabalhava juntando material reciclável pelas ruas da zona sul do Rio de Janeiro.

Os trabalhadores que entrevistei nas obras da EPSJV, de modo geral, mantinham os laços familiares embora, no caso de Flávio, o retorno após o expediente não fosse para sua casa. Para ele, trabalhar em edificações na capital significava distanciar-se dos entes queridos e vê-los poucas vezes por mês: *Deixei a família lá [em Rio das Ostras]. Eu vô de 15 em 15 dias [para Rio das Ostras]. Tô morando ali, na Vila do João (...), tô eu mais um cunhado e mais um lá (...). Tenho casa própria lá, tem tudo, minha esposa toma conta. Se a gente não conseguiu emprego aqui [no Rio de Janeiro], rapaz, a gente vai embora [de volta para Rio das Ostras].* Além disso, como ele mesmo

afirmou, trabalhar significava dividir com duas pessoas o aluguel de um barraco no entorno do trabalho ao invés de permanecer em seu próprio lar.

Às vezes, os laços familiares são rompidos pelo uso de drogas ilícitas ou álcool, caso de Ivo. Ele comenta que ingressou na construção civil com apenas 12 anos, quando *fazia barraco com o tio, aprendi a ser pedreiro. Ainda hoje sou pedreiro; [faço] armação, estribo; a laje é pra contratá mais pessoas pra me ajudá.* Segundo me disse, consegue trabalho pela *fama de bom pedreiro*. Apesar dessa “boa fama”, Ivo teve muitos empregos em sua vida, em diversos setores da economia (embora relate ter conseguido permanecer até dez anos em uma empresa), entre os quais fazer “bicos” como pedreiro garantia-lhe alguma renda. Sua alta rotatividade de empregos é por ele justificada pelo vício de *cocaína e cachaça* e porque era despedido ao “faltar [ao] serviço [porque] pegava mulher. Por exemplo, foi demitido de uma cervejaria onde era encaixotador de garrafas por trabalhar alcoolizado.

O alcoolismo começou na infância, *desde os 8 anos (...) meu pai me dava cachaça (...). No morro todo mundo oferece [álcool]. Trabalhei também na boca de fumo (...). Com 12 [anos] comecei a fumar [maconha], com 14 a cheirá [cocaína].*

Mais tarde em sua trajetória pessoal, saiu de casa e passou a morar nas ruas *por causa das drogas e bebida (...); chegava bêbado em casa, cantando tarde da noite e me botaram pra fora.* Ivo continua: *fiquei um tempo nas ruas, uns 6 anos, até que me pegaram*²⁰.

O álcool faz parte da cultura do operário de edificações para enfrentar as condições de trabalho adversas. O caso de Ivo é específico porque, independentemente das razões que o levaram a relacionar-se com drogas ilícitas e etilismo, trata-se de um caso limite de vulnerabilidade em operário da construção civil: sem emprego estável,

²⁰ Ivo refere-se ao serviço de assistência social do estado do Rio de Janeiro, que o pôs nos programas da FLT.

sem vínculos familiares, sem lar e necessitando de auxílio médico e psicológico. Talvez o fato de ter sido “pego” pelo serviço social do estado tenha sido uma das poucas formas de modificar o percurso que sua vida tomou.

A PARALISIA DIANTE DA PERDA DA IDENTIDADE

Dentre as inúmeras experiências de vida descritas pelos entrevistados, a perda ou roubo da documentação durante o período de permanência nas ruas representou um ponto de inflexão em suas trajetórias. As conseqüências pessoais e profissionais para todos que citaram a perda dos documentos são duradouras e estão relacionadas à perpetuação da vulnerabilidade em suas vidas. Os documentos a que os trabalhadores aludem geralmente são a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o cadastro de pessoa física (CPF) e a certidão de nascimento. A perda da carteira de trabalho, preenchida com anos de atividades profissionais anotados, torna uma pessoa, outrora experiente operário de edificações, um simples pretendente a uma das poucas vagas de trabalho existentes e disputada por vários desempregados. O testemunho de Juarez mostra essa situação:

Eu trouxe carteira aqui pro Rio [de Janeiro], só que tá branca, que a outra, a boa, assinada e tudo, com as empresa, os cara me roubaram aqui no Rio. (...) Foi um colega amigo meu há sete anos (...), em Copacabana (...), deixei as minhas coisas com ele, fui tomá banho, quando voltei, cadê ele? (...) Agora só o papel da previdência pode prová²¹.

Fausto contou-me que depois de ter perdido a documentação, chegou ao ponto de procurar a polícia e registrar um boletim de ocorrência, porém sem resultados práticos, isto é, permaneceu sem reaver seus papéis.

²¹ Trata-se do relatório de empregos registrados fornecido pelo INSS.

Daniel comentou que, durante o período em que morou nas ruas e estava sem documentos (que foram roubados ao dormir sob as marquises do centro da cidade), não foi possível conseguir empregos. Aliás, segundo ele, essa é a situação de outros trabalhadores, especialmente os mais velhos, que não têm local para residir:

Quando eu consegui tirar os documento, eu consegui emprego. Então, quando o projeto [Boa Noite] acabou²², muita gente acabou indo pra rua, especialmente aquele pessoal de maior idade. Mas muitos não foram pra rua porque tinham conseguido tirar documento, tinham emprego e conseguiam pagá um lugar pra ficá (...).

Foi possível a Daniel conseguir segundas vias de sua documentação, inclusive certidão de nascimento, com o auxílio do pessoal do projeto Boa Noite; Daniel teria podido até mesmo localizar o cartório onde fora registrado.

Em outros casos, como o de Sérgio, o destino do morador de rua sem documentos é ser conduzido a instituições de assistência social:

Estou aqui [na FLT] por conta que perdi todos os meus documentos quando cheguei aqui [ao Rio de Janeiro]. Cheguei aqui [na FLT] em 1992, vim de Itaipu²³, me mandaram de lá. Fiquei em Itaipu cinco anos. Fui pará lá porque me pegaram na rua, não tinha documento nenhum, tava na época de não ficar ninguém na rua.

Note-se a última frase desse depoimento, quando Sérgio afirma que o “pegaram na rua porque estava na época de não ficar ninguém na rua”. Ao dizer essas dura palavras, Sérgio sugere a prática de uma política pública de repressão aos moradores de rua: aqueles sem documentos, sem trabalho e sem casa seriam “pegos” e enviados para instituições de assistência social.

²² O Projeto Boa Noite, da prefeitura municipal do Rio de Janeiro, foi suspenso em meados de 2005; enquanto funcionou, também auxiliava moradores de rua a fazer segundas vias de documentos pessoais.

²³ Itaipu é outra casa de acolhimento da FLT, em Niterói.

CAÍDOS NAS RUAS

Além das diversas dimensões da vulnerabilidade experimentada pelos operários de edificações, já discutidas, há ainda a exclusão social. A vida nas ruas representa a manifestação mais extrema e desumana da vulnerabilidade. Toda as dificuldades e privações vividas pelo trabalhador são acentuadas ao desvincular-se dos laços relacionais e laborais que outrora mantinha.

O depoimento de Juarez foi muito rico por caracterizar como foi sua vida nas ruas do Rio de Janeiro até conseguir o acolhimento pela FLT: *eu não tinha destino certo [ao vir para o Rio de Janeiro], consegui pagar a passagem para chegar até aqui e cheguei! E daí prá cá, o dinheiro foi acabando, acabando, acabô! O trabalho não apareceu... (...) Cheguei aqui como quando a pessoa viaja de qualquer jeito, naquele estado, vai fazê uma aventura. Agora, trabalho certo, não tinha, não. Não tinha lugar prá morá, morei na rodoviária (...).*

No Rio gastei todo o dinheiro e fiquei na rua mesmo, fiquei logo na rua. (...) Na primeira noite [quando chegou ao Rio de Janeiro] eu ainda paguei uma hospedaria. (...) Eu cheguei duro mesmo (...), em quinze dias tava liso. (...) Dormia no Santo Cristo (...), mais dois ou três [moradores de rua] (...), punha o papelão e dormia ali mesmo (...); não passava frio, sempre tava quente. (...) Tinha uma bolsinha com duas peças de roupas pequenas, que quem anda no peixe²⁴ não pode ter um montão de coisas, tem que esperar tá no rancho pra ter [o que comer] (...). Quando não tinha o que comer, ia pra boca de rã. Boca de rã... é esses local onde dá o alimento, nas comunidades (...), o cara tá sem alimento e procura esses lugares, eles dá comida mesmo (...); dormir, não dorme, não; só come e vai embora.

²⁴ Isto é, quem mora nas ruas.

Embora o próprio Juarez defina a sua vinda para a cidade como uma aventura, talvez fosse mais adequado descrevê-la como uma busca por melhores condições de vida. O otimismo inicial logo é substituído por um tom de decepção frente à realidade que passaria a viver. Sua pacata Itabuna talvez oferecesse mais oportunidades que a nova cidade; lá, em virtude dos conhecimentos que tem, a necessidade de dormir na rodoviária ou nas calçadas da região portuária provavelmente não existiria.

O seu cotidiano era marcado por muitas privações: poucos pertences, dependência de serviços de assistência social, dificuldade para conseguir alguma ocupação. Por outro lado, mesmo na exclusão social os indivíduos tentam estabelecer relações com outras pessoas, e Juarez podia contar com a companhia de conhecidos com quem compartilhava a situação de morar nas ruas. Foi por meio desses conhecimentos que travou no bairro do Santo Cristo e na rodoviária que lhe foi indicado onde poderia procurar sua alimentação (as “bocas de rã”).

A vida nas ruas não deixou boas lembranças em Juarez. Além das privações, ser excluído significou expor-se permanentemente à violência de diversas formas. Ele não descreveu ter sido agredido, mas relata ser testemunha de agressão direcionada contra os moradores de rua durante sua passagem por São Paulo. No final, Juarez sugere ser preciso um comportamento “ético” mesmo entre os excluídos sociais:

Não é bom, não [morar nas ruas]. As pessoas têm que agi certo, porque a pessoa não pode ficar muito tempo doidão, não pode ficá alcoolizado... Porque tem muita gente na rua [que é] bom, e tem outros que são os mau, e aproveitam a bagunça que tá na cabeça das pessoas (...), rouba as coisa das pessoa. Eu mesmo, quando me roubaram minhas coisa, também já pegaram as coisa na rua, o pessoa pega e leva. Alguém pode fazê alguma maldade, pode robá a bolsa. Tem gente drogado, cachaça, cocaína, maconha, eu convivi com esse pessoal da rua, sei quando tá usando maconha

ou cachaça. Pode roubá a pessoa a ainda metê-lhe uma paulada na cabeça, ou uma paulada, e matá. Aqui [no Rio de Janeiro] não vi, mas em São Paulo vi.

A alusão à dependência de psicotrópicos é um dado que ouvi várias vezes entre os entrevistados nas dependências da FLT. Ivo, por exemplo, justifica a sua saída de casa e a conseqüente vida nas ruas pelo uso do álcool. Juarez admitiu ter sido dependente de álcool durante “um tempo”, pois agora não usaria mais a droga. Por outro lado, ele também mostra uma dimensão do uso de drogas ilícitas não comentada pelos outros operários: a violência contra o morador de rua alcoolizado (ou sob efeito de outros psicotrópicos) perpetrada até por outros moradores de rua. Como relatado acima, o morador de rua poderia ser sujeito de “alguma maldade”, como ser roubado, ou ser agredido fisicamente.

Daniel comentou ter se esforçado para manter-se distante da violência das ruas: *eu fazia qualquer coisa pra não fazer bobagem.* Entre as estratégias usadas por Daniel para “não fazer bobagem” estavam manter relações de solidariedade com outros moradores de ruas e o amparo psicológico dentro de uma igreja cristã. *Tive muitos amigos [nas ruas], um ajudava o outro, dava um pouco do que tinha. (...) Eu conseguia [fazer a higiene porque] ia de vez em quando na igreja Universal, eu fiz amizade com o pastor da igreja, ele deixava eu ir lá, tomar banho (...). Eu freqüento a igreja, não sou religioso, mas eu gosto (...). Por que a minha família às vezes é uma religião evangélica.*

As privações vividas por Daniel enquanto não tinha onde morar eram parcialmente amenizadas pela presença de organizações assistenciais. Problemas de saúde, a prevenção de doenças venéreas e até o estímulo à leitura eram o alvo da ação dessas organizações. (...) *Às vezes passava o pessoal da organização chamada MAP e distribuía comida e água pra gente.(...) Aqueles médicos sem fronteira visitava muito a gente (...), dava camisinha (...), deu livro pra gente (...), falou que se a gente precisasse*

[fazer um] 'check-up' era só ligar pra eles. Eu não precisei, mas se precisasse... meus colegas precisaram, pegaram pneumonia, tiveram problema com bebida alcóolica. Muitos tinham problema com bebida, fumavam maconha. Muitos procuraram ajuda (...). Foram indicados pelas freira para procurar tratamento.

William, ao contrário de Juarez e Daniel, teve sua passagem pelas ruas marcada por tentativas de sair da zona de desfiliação e retornar à de vulnerabilidade, ou seja, tentativas de conseguir um trabalho e estabelecer-se em alguma residência. Entretanto, a exemplo dos outros operários, os documentos de William também foram roubados ao chegar ao Rio e Janeiro, dificultando-lhe grandemente suas iniciativas.

Enquanto permaneceu “morando” nas calçadas de Copacabana, William pôde contar com o auxílio de outros moradores de rua para sobreviver. Curiosamente, apesar de estar na mesma situação que seus conhecidos, William não se via como um deles (“esse pessoal vive disso regularmente”). O próprio modo de ingressar no programa “Boa Noite” foi por meio de informação que recebeu de colegas de infortúnio. O caso de William é um dos poucos que presenciei de trabalhador que conseguiu sair da zona de desfiliação, voltar para a zona de vulnerabilidade e tornar menos intenso o próprio processo de desqualificação social.

Durante o período em que permaneceu nas ruas (inclusive na época em que foi entrevistado), William dividia suas energias entre “bicos” na construção civil e o trabalho de juntar material reciclável nas ruas. Graças a esse esforço conseguiu pagar a hospedaria onde se deu nossa conversa depois que a prefeitura do Rio de Janeiro suspendeu o financiamento do programa “Boa Noite”.

Já vivi na rua, não tô [vivendo na rua] direto.

Fui roubado, me levaram tudo [os documentos], eu fui dormir num banco em Copacabana (...), tava dormindo na rua, fiquei três meses de frente ao [hotel] Meridien, mas acordava cedinho, catava minhas coisa e ia catá papelão (...). Os polícia deixavam

eu ficá lá, deixava tudo arrumadinho (...). Mas daí me levaram tudo, já faz um ano. (...) Vim diretamente de Belém, nunca tinha estado no Rio (...) e pensei: ‘pra onde que vô?’ e fui pra Copacabana (...). Daí comecei a me dar com os cara da rua (...), perguntava pros colega como fazia e eles dizia: ‘café é aqui, roupa é ali’, esse pessoal vive disso regularmente.

Importa notar a descrição que William faz de suas tentativas de retomar sua vida laboral como vendedor de rua: *já tava estabelecido aqui, consegui comprar mercadoria (...) pra mim trabalhá e o pessoal da [guarda] municipal me tomaram tudinho, quebraram meu isopor, levaram meu carro, fiquei desarmado. [Depois] tentei de novo, fui ficando sem vontade, tinha que comprá mercadoria, tinha que pagá aluguel (...).* Esse depoimento mostra as contradições da vida de quem não tem emprego nem onde morar. William sofreu repressão da polícia municipal por vender produtos como ambulante (ao invés de preferir ganhar dinheiro roubando, por exemplo). Mais tarde, quando já estava “sem vontade” mas ainda “tinha que pagar aluguel”, William procurou o serviço de assistência social da prefeitura municipal em busca de auxílio. Destarte, a prefeitura faz assistencialismo ao invés de prover meios para William manter-se independentemente.

O relato de Luciano é, de certa forma, a síntese da desfiliação entre os operários de edificações:

Estou sem moradia (...) porque não dá pra trabalhá e ficá nos alojamento. (...) Eu já falei com a assistente social daqui [do Centro de Triagem da FLT, em Bonsucesso] (...), como ela mesmo me atendeu muito bem, eu tô procurando trabalho - hoje mesmo eu saí prá procurá - ela me deu carteira prá procurá trabalho, me deu alojamento - eu posso ficá, se não encontrá [um emprego] eu posso continuá dormindo até arranjá a minha vida e (...), pagá o meu quarto. Minha vida é isso que o senhor está vendo, é alojamento; o que me aconteceu? O dinheiro que tinha, fiquei hospedado, acabou; aí

procurei hotel popular, não tinha vaga, me mandaram prá cá [Centro de Triagem da FLT, em Bonsucesso].

Trabalhador que começou sua vida profissional quando as empresas de construção ainda ofereciam alojamentos para seus empregados, Luciano vê-se sem ter para aonde ir quando as empresas não tornam disponíveis mais os dormitórios. Sua vida é o que mostra a quem tem interesse em ver: desempregado e morando em um alojamento comunitário de uma instituição de auxílio a moradores de rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção civil é um setor que absorve grande quantidade de mão de obra e é a porta de entrada no mercado de trabalho para indivíduos migrantes ou sem qualificação. São trabalhadores humildes que buscam, ao contribuir para a edificação de imóveis, prover seu sustento honestamente. O operariado de edificações contribui decisivamente para a sociedade ao trazer-lhe o abrigo de uma residência e, no entanto, o que se vê é a grande distância entre esses trabalhadores e a possibilidade de usar o produto de seu trabalho. De fato, presencia-se a contradição de sofrerem as múltiplas conseqüências da flexibilização dos vínculos laborais, que se estendem para outros âmbitos além do emprego, apesar de suas nobres atividades.

É o setor que mais sofre as conseqüências de uma terceirização selvagem que se apresenta de diversas formas. Sob a justificativa de aumento da produtividade e dos lucros, diminuem-se os investimentos relacionados à mão-de-obra. As estratégias empregadas nesse sentido são várias, todas elas relatadas pelos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa: contratação por “agências” e por “gatas”, subcontratação por “cooperativas”, trabalho temporário, subcontratação por empreiteiros e o uso de mão-de-obra sem nenhum vínculo trabalhista.

O trabalho formal, que oferece proteção ao operário por meio de legislação que garante direitos previdenciários e empregatícios além de estabelecer normas relativas à saúde e segurança no ambiente de trabalho, tornou-se um sonho distante, praticamente um ideal utópico. Se há empresas que contratam trabalhadores observando os ditames legais, elas parecem ser minoria, tendo-se em vista a elevada porcentagem de trabalhadores sem registro na carteira de trabalho, como discutido no primeiro capítulo desta pesquisa. Os entrevistados, mesmo aqueles que estavam trabalhando à época

das gravações, enfatizavam a permanente busca pelo trabalho estável por terem suas vidas marcadas por intensa rotatividade nos empregos e desemprego recorrente e prolongado.

Como resultado desse quadro, os operários procuram suas opções de sobrevivência e “resistência”. Muitos aceitam ingressar em obras informalmente, sabendo que estarão empregados enquanto for estritamente conveniente para as empresas contratantes. Outros mantêm-se autonomamente, apelando para “bicos” que conseguem arranjar graças à reputação de “bons pedreiros” ou “bons carpinteiros” e às redes de relação que há no meio da construção civil. Durante meu contato com trabalhadores de edificações, pude conhecer vários ex-carpinteiros e ex-pedreiros que decidiram criar suas próprias empresas, muitas delas prestando serviços especializados como terceirizadas para grandes construtoras. Como se pode inferir, esses ex-trabalhadores empreendedores são a exceção da regra do operariado precarizado.

Esta pesquisa é uma amostra do que representa uma vida de procura constante pelo emprego formal; porém, permanece a pergunta: e se não encontrar esse emprego formal? Quais as conseqüências para o trabalhador e para sua família? Sem uma fonte minimamente constante para manter a renda doméstica, acentua-se a vulnerabilidade em direção à desfiliação nas zonas de vinculação/desvinculação, discutidas no segundo capítulo. Os achados desta pesquisa novamente confirmam a importância da inserção no mundo do trabalho para minorar os sofrimentos relacionados à vulnerabilidade desses operários.

A vulnerabilidade que se expressa como precariedade do trabalho pode conduzir a casos extremos de exclusão social. O depoimento de vários trabalhadores para esta pesquisa mostra claramente como o desemprego prolongado e recorrente é capaz de desestruturar famílias e levar indivíduos a morar nas ruas – esses indivíduos assumem a condição de “desnecessários ao sistema”, “supérfluos”. Alguns dos depoentes desta

pesquisa praticamente relataram terem “desistido da vida” após não conseguirem reinserir-se no mercado de trabalho, optando pelo alcoolismo e pelo desalento da vida nas ruas. Seus destinos podem ter sido modificados graças ao resgate feito por instituições de assistência social como a Fundação Leão XIII.

Para essas pessoas, as estratégias de sobrevivência tornam-se desesperadas. Os indivíduos que não passam a viver às custas da filantropia governamental e não-governamental buscam, não raramente sem sucesso, alguma atividade que lhes garanta o dinheiro necessário para a próxima refeição. O trabalho nas ruas (feito, por exemplo, por ambulantes) é reprimido pelos poderes públicos que preferem fazer assistencialismo a regularizar o trabalho dos moradores de rua.

Todos os entrevistados estão procurando inserir-se na sociedade pelo trabalho embora tenham a frustração de verem suas expectativas de vida não realizadas (e tampouco realizáveis). Assim, embora poucos entrevistados tenham comentado sobre acidentes de trabalho ou doenças ligadas às atividades laborais, certamente há sofrimento psíquico nesses trabalhadores. A esse respeito, basta lembrar os testemunhos de Paulo, que deseja para seus filhos uma ocupação mais reconhecida que a sua, e o de Daniel, que gostaria de ter qualquer emprego (mesmo fora da construção civil) que lhe permitisse ser registrado em carteira de trabalho. Para essa comunidade de trabalhadores, o uso do álcool pode representar também uma forma de aliviar a ansiedade provocada pelas conseqüências de suas inserções laborais precárias.

A forma de diminuir o grau de vulnerabilidade dos operários da construção civil não é simples nem unívoca, mas certamente deve envolver opções de trabalhos dignos e minimamente estáveis, que garantam a saúde e a segurança dentro e fora do ambiente laboral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. 2002. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). Caderno CRH, n. 37, pp. 23-46, Salvador.
- AYRES, JR,CM; FRANÇA JR,I.; CALAZANS, GJ *et al.* 2003. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios *in*: CZERESNIA, D.; FREITAS, CM (org.) 2003. Promoção da saúde – conceitos, reflexões, tendências. Fiocruz, Rio de Janeiro.
- CBIC. 2002. Perfil socio-economico do setor da construção civil no Brasil. Mimeo. Belo Horizonte.
- CASTEL, R. 1993. Da indigência à exclusão, a desfiliação, precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. SaúdeLoucura – grupos e coletivos, n. 4, Hucitec, Rio de Janeiro.
- CASTEL, R. 1997. A dinâmica dos processos de desfiliação: da vulnerabilidade à “desfiliação”. Caderno CRH, n. 26-27, p.19-40, Salvador (tradução de Ida Maria Thereza S Frank).
- CASTEL, R. 2005. As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário, 5ª, Vozes, Petrópolis.
- COMTE, A. 1957. A General View of Positivism. R. Speller, New York.
- COSTA, MLS; ROSA, VLN. 1999. 5S no canteiro, 2ª., coleção Passos da qualidade no canteiro de obras, O Nome da Rosa, São Paulo.
- DEJOURS, C. 2003. A loucura do trabalho – estudo de psicopatologia do trabalho, 5ª. ed. ampliada. Cortez-Oboré, São Paulo.

DIEESE. 2001. Os trabalhadores e a reestruturação produtiva na construção civil brasileira. Resenha DIEESE - Estudos Setoriais, n. 12, São Paulo.

DRT, 2004. Sistema Federal de Inspeção do Trabalho. Mimeo. Rio de Janeiro.

DUPAS, G. 1998. A lógica da economia global e a exclusão social. Estudos Avançados, v. 12, n. 34, São Paulo.

SCOREL, S. 1999. Vidas ao léu – trajetórias de exclusão social. Fiocruz, Rio de Janeiro.

FLOHIC, A. 1983. O Processo Capitalista de Produção na Construção Civil: O Caso de Belém. Revista Proposta, n. 33, pp. 39-47. Rio de Janeiro.

FUNDACENTRO. 1998. Prevenção de acidentes fatais na indústria da construção – avaliação e receptividade. Mimeo, [S.l.].

_____. 1999. Dados estatísticos – 1997 – Condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção. [S.l.]

FÜHRER, MCA & FÜHRER, MRE. 2003. Resumo de direito do trabalho, 11ª ed. Malheiros, São Paulo.

GOMES, RS. 2003. A produção social do infortúnio – acidentes incapacitantes na construção civil. Dissertação de mestrado. Fiocruz, Rio de Janeiro.

IBGE. 2002. Pesquisa anual da construção civil – 2002. Rio de Janeiro.

LUCCA, SR & MENDES, R. 1993. Epidemiologia dos acidentes do trabalho fatais em área metropolitana da região sudeste do Brasil, 1979-1989. Revista de Saúde Pública, n. 27, v. 3, p. 168-76. São Paulo.

MANGAS, RMN. 2003. Acidentes fatais e a desproteção social na construção civil no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Fiocruz, Rio de Janeiro

MELHADO, JC; MOSA, AAP; DINE, JM. Avaliação de níveis de pressão arterial em operários da construção civil. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, n. 45, v. 12, Jan-Mar 1984.

MINAYO, MCS, 1983. Olhando através dos andaimes e tapumes. Revista Proposta, n. 33, p. 22-38. Fase. Rio de Janeiro.

_____. 2004. O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde, 8^a. HUCITEC, São Paulo.

MINAYO-GOMEZ, C. 1983. A formação do trabalhador em construção. Revista Proposta, n. 33, p. 48-56. Fase

_____. 2004. Violência no trabalho. Mimeo, Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO, 1990. Estratégias para a indústria da construção civil. Mimeo. Brasília.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001. Doenças relacionadas ao trabalho – manual de procedimentos para os serviços de saúde. Versão eletrônica, Brasília.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002. Evolução do emprego formal – CAGED 2002. mimeo. Brasília.

NASCIMENTO, EP. 1994. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. Cadernos CRH, n. 21, pp. 29-47, Salvador.

PAUGAM, S. 1994. La disqualification social – essai sur la nouvelle pauvreté. 3 ed. Presses Universitaires de France, Paris, citado por ESCOREL, S. 1999. Vidas ao léu – trajetórias de exclusão social. Fiocruz, Rio de Janeiro.

POCHMANN, M. 2001. O emprego na globalização – a nova divisão Internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. Boitempo, São Paulo.

_____. 2002. O trabalho sob fogo cruzado. Contexto, São Paulo.

RAMOS, L & BRITO, M. 2003. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Mercado de trabalho, n.22, p. 31-47, IPEA. Rio de Janeiro.

SECONCI-PR. 2003. Comitê de combate à informalidade – relatório. Mimeo. Curitiba .

SECONCI-RJ. 2004. Distribuição de CIDs por faixa etária e sexo – de 01/09/2001 a 30/09/2004. Mimeo. Rio de Janeiro.

SILVA, SLT; NEVES JR, LF; PAIVA, LH; ANTUNES, MM; GONZALEZ, RH. 2002. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro e as políticas públicas do governo federal. <www.mte.gov.br/Temas/Observatorio/Publicacoes/EstudosePesquisas/Conteudo/Informalidade2.pdf>, acesso em 17 de maio de 2004.

SILVEIRA, CA; ROBAZZI, MLCC; WALTER, EV *et al.* 2005. Acidentes de trabalho na construção civil identificados através de prontuários hospitalares. Rem : Revista Escola de Minas, v. 58, n. 1. Belo Horizonte.

SINGER, P. [s.d.]. Cooperativas de trabalho. <www.trabalho.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/Conteudo/cooperativatrabalho2.pdf> acesso em 24 de dezembro de 2005.

STEIN, E. 1987. Dialética e hermenêutica: uma controvérsia sobre método em filosofia. *In*: HABERMAS, J. 1987. Dialética e hermenêutica – para a crítica da hermenêutica de Gadamer. L&PM, São Paulo.

ANEXO I – ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS²⁵

Os objetivos da pesquisa “ANÁLISE DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE DE TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO RIO DE JANEIRO” visam a compreender como trabalhadores em situação de vulnerabilidade de graus variáveis enxergam suas trajetórias de vida ocupacional. Alguns dos trabalhadores participantes do estudo estão envolvidos em situações de exclusão social, e sua compreensão sobre esta situação também será estudada na pesquisa.

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde – CNS –, a eticidade da pesquisa envolvendo seres humanos deve considerar os aspectos de autonomia, beneficência, não-maleficência, justiça e equidade (CNS *apud* CEP, 2005). Considero que o projeto da pesquisa leva em consideração e cumpre os quesitos que o CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) julga necessários para a consecução do estudo.

O respeito pelos valores “culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes” é um pressuposto da metodologia de investigação (ver “abordagem teórico-metodológica”). Permitir ao trabalhador a manifestação de sua individualidade, sem a imposição de padrões exteriores de comportamento durante a entrevista, é condição *sine qua non* para permitir a transmissão de informações possuidoras de valor científico.

Em se tratando de pesquisa qualitativa em ciências sociais, a “ponderação entre riscos e benefícios” fala a favor dos benefícios pois não há possíveis riscos à saúde dos

²⁵ Os dois anexos à dissertação de mestrado são alguns dos documentos que embasaram a análise, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP-FIOCRUZ, do projeto de pesquisa cujos resultados são expostos neste texto.

entrevistados. A formulação de políticas públicas só é possível após a compreensão das realidades sociais que serão objeto de intervenção. E nesse sentido a pesquisa se insere em um projeto levado a cabo há alguns anos de conhecimento da saúde do trabalhador da construção civil, grupo tradicionalmente reconhecido como vulnerável. Portanto, os aspectos de beneficência, justiça e equidade devem estar contemplados.

A capacidade de o indivíduo entrevistado decidir se participa da pesquisa ou se declina do convite é preservada e respeitada. Ao ser convidado para fazer parte de um dos grupos de estudo, o trabalhador é informado sobre os objetivos da pesquisa, seus métodos, sua finalidade e sobre como será mantido o sigilo sobre as informações e sua identidade, preservando, destarte, a sua autonomia. Somente participam da pesquisa trabalhadores que aceitam esses aspectos e assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; a decisão de não assinar o Termo é respeitada. Além disso, se for da vontade do trabalhador deixar de participar do estudo em qualquer momento, sua decisão será observada.

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Uma análise de situações de vulnerabilidade de trabalhadores da construção civil no Rio de Janeiro”. Você foi selecionado por ser ou ter sido trabalhador da construção civil e sua participação não é obrigatória. Você pode desistir de participar e retirar seu consentimento em qualquer instante. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Os objetivos deste estudo são entender como trabalhadores da construção civil vêem suas condições de trabalhador e como alguns trabalhadores do ramo vão morar nas ruas.

Sua participação consistirá em fornecer seu depoimento ao entrevistador.

Não há riscos relacionados à sua participação na pesquisa.

O benefício relacionado com a sua participação é auxiliar a compreender a situação dos trabalhadores da construção civil.

As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e asseguro o sigilo sobre a sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação; mantereí a sua privacidade substituindo seu nome por pseudônimos.

Você receberá uma cópia deste termo onde está escrito o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer momento.

Leonardo Biscaia de Lacerda

Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Tel.: 2598-2832

CEP – Rua Leopoldo Bulhões, 1480, sala 914– Tel.: 2598-2570

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Nome e assinatura